

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ADMINISTRAÇÃO

**ESTUDO DE VARIÁVEIS RELACIONADAS AO COMPORTAMENTO
AMBIENTAL: Uma comparação transcultural entre o Brasil e os Estados
Unidos da América**

Marco Antônio Pereira Mota

Montes Claros – MG

2020

Marco Antônio Pereira Mota

**ESTUDO DE VARIÁVEIS RELACIONADAS AO COMPORTAMENTO
AMBIENTAL: Uma comparação transcultural entre o Brasil e os Estados
Unidos da América**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Agrárias, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial, para a obtenção de título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Mendes Athayde.

Montes Claros – MG

Instituto de Ciências Agrárias - UFMG

2020

Marco Antônio Pereira Mota. **ESTUDO DE VARIÁVEIS RELACIONADAS AO COMPORTAMENTO AMBIENTAL:** Uma comparação transcultural entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

Aprovado pela banca examinadora constituída por:

Professor Dr. Fausto Makishi – ICA/UFMG

Professora Dra. Júlia Ferreira da Silva – ICA/UFMG

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'André Luiz Mendes Athayde', is centered on the page. The signature is fluid and cursive.

Prof. Dr. André Luiz Mendes Athayde – Orientador ICA/UFMG

Montes Claros, 23 de Outubro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me manter firme e por não me deixar recuar ante os desafios enfrentados. Deus sabe o que faz.

Agradeço ao Professor Doutor André Luiz Mendes Athayde, não só pela orientação e dedicação ao longo deste trabalho, mas também pelas brilhantes aulas ministradas ao longo do curso e dos inúmeros conselhos que levarei como ensinamento para toda vida.

Agradeço aos meus pais, Paulo e Mônica, pelo dom da vida, e aos meus irmãos Paulo Vítor e Amanda, pelo apoio.

Agradeço a minha namorada Anne, pela compreensão, apoio e por ser refúgio e afago nos momentos de provação.

Agradeço, finalmente, a todos aqueles que, de alguma maneira, fizeram parte da minha formação acadêmica, sejam professores, colegas ou servidores da Universidade Federal de Minas Gerais.

"Vivemos em uma época perigosa — o homem domina a natureza antes que tenha aprendido a dominar a si mesmo."

(Albert Schweitzer)

RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar as possíveis correlações estatisticamente significantes entre variáveis sociodemográficas, variáveis relacionadas à natureza do trabalho e o comportamento ambiental em dois países culturalmente distintos: Brasil e Estados Unidos. Para tanto, utilizou-se o banco de dados da *World Values Survey* (WVS), que se trata de uma investigação mundial das mudanças nas visões políticas e socioculturais dos indivíduos, conduzida por um grupo de cientistas sociais em universidades de ponta em todo o mundo. As amostras foram compostas por 1.486 brasileiros e por 2.223 americanos e as análises estatísticas foram feitas, fazendo-se uso do software IBM® SPSS® 20.0 (*Statistical Package for Social Sciences*). Testes estatísticos foram realizados a fim de se compararem as médias do Brasil e dos Estados Unidos para as variáveis relacionadas ao comportamento ambiental. Adicionalmente, testes de correlação foram realizados a fim de se identificarem as possíveis correlações estatisticamente significantes entre as variáveis do estudo. Por fim, calculou-se o coeficiente de determinação (r^2) a fim de verificar qual a fração de variabilidade do comportamento ambiental que poderia ser explicada estatisticamente pelas demais variáveis. Os resultados mostraram correlações estatisticamente significantes, em especial entre o nível de escolaridade e o engajamento ambiental das pessoas. Além disso, os resultados também evidenciaram a existência de correlação estatisticamente significativa entre trabalhos de natureza intelectual e criativa e o comportamento ambiental. Os referidos resultados foram, então, discutidos à luz da teoria sobre culturas nacionais, fazendo-se uso, especificamente, das dimensões culturais de Hofstede (2011). Espera-se que a presente pesquisa abasteça novas reflexões no âmbito das organizações públicas e privadas em relação a quais variáveis correlacionam-se ao comportamento ambiental das pessoas, além de contribuir para estudos futuros de causalidade que expliquem o comportamento ambiental e sirvam de base teórico-empírica no planejamento de novas políticas públicas focadas na luta contra a degradação ambiental.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Comportamento. Cultura. Trabalho.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Dimensões culturais do Brasil e Estados Unidos	25
Quadro 2: Hipóteses do estudo	25
Quadro 3: Variáveis estudadas	28
Gráfico 1 – Distribuição da amostra quanto à variável “sexo”	31
Gráfico 2 – Distribuição da amostra quanto à variável “idade”	32
Gráfico 3 – Distribuição da amostra quanto à variável “quantidade de filhos”	33
Gráfico 4 – Distribuição da amostra quanto à variável “nível de escolaridade”	34
Gráfico 5 – Distribuição da amostra quanto à variável “renda”	35
Gráfico 6 – Distribuição da amostra quanto à variável “natureza do trabalho: manual x intelectual”	36
Gráfico 7 – Distribuição da amostra quanto à variável “natureza do trabalho: rotineiro x criativo”	37
Gráfico 8 – Distribuição da amostra quanto à variável “natureza do trabalho: independência”	39
Gráfico 9 – Distribuição da amostra quanto à variável “participação em organização ambiental”	40
Gráfico 10 – Distribuição da amostra quanto à variável “importância dada ao meio ambiente”	41
Gráfico 11 – Distribuição da amostra quanto à variável “proteção ao meio ambiente”	42
Gráfico 12 – Distribuição da amostra quanto à variável “contribuição financeira a organizações ambientais”	43
Gráfico 13 – Distribuição da amostra quanto à variável “participação em manifestações ambientais”	44

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da amostra quanto à variável “sexo”	30
Tabela 2 – Distribuição da amostra quanto à variável “idade”	31
Tabela 3 – Distribuição da amostra quanto à variável “quantidade de filhos”	32
Tabela 4 – Distribuição da amostra quanto à variável “nível de escolaridade”	33
Tabela 5 – Distribuição da amostra quanto à variável “renda”	34
Tabela 6 – Distribuição da amostra quanto à variável “natureza do trabalho: manual x intelectual”	35
Tabela 7 – Distribuição da amostra quanto à variável “natureza do trabalho: rotineiro x criativo”	37
Tabela 8 – Distribuição da amostra quanto à variável “natureza do trabalho: independência”	38
Tabela 9 – Distribuição da amostra quanto à variável “Participação em organização ambiental”	39
Tabela 10 – Distribuição da amostra quanto à variável “importância dada ao meio ambiente”	40
Tabela 11 – Distribuição da amostra quanto à variável “proteção ao meio ambiente”	42
Tabela 12 – Distribuição da amostra quanto à variável “contribuição financeira a organizações ambientais”	43
Tabela 13 – Distribuição da amostra quanto à variável “participação em manifestações ambientais”	44
Tabela 14 – Correlações de Spearman – Brasil	45
Tabela 15 – Correlações de Spearman – Estados Unidos	48
Tabela 16 – Resultados dos testes de hipóteses.	57
Tabela 17: Teste de comparação de médias entre o Brasil e os Estados Unidos	60

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

UNEP – *United Nations Environment Programme*

WCED – *World Commission on Environment and Development*

WVS – *World Values Survey*

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1.	Sustentabilidade e Gestão Ambiental	12
2.2.	Comportamento Ambiental.....	14
2.3.	O ser humano e o trabalho	18
2.4.	Relações entre cultura e comportamento humano individual	20
2.5.	Diferenças Culturais: Brasil x Estados Unidos.....	22
2.6.	Hipóteses do estudo	25
3.	METODOLOGIA	26
3.1.	Caracterização da pesquisa	26
3.2.	Instrumento de coleta de dados.....	27
3.3.	Técnicas de análise de dados	29
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
4.1.	Caracterização da amostra	30
4.1.1.	Sexo.....	30
4.1.2.	Idade.....	31
4.1.3.	Quantidade de filhos	32
4.1.4.	Nível de escolaridade.....	33
4.1.5.	Renda	34
4.1.6.	Natureza do trabalho: manual versus intelectual	35
4.1.7.	Natureza do trabalho: rotineiro versus criativo.....	36
4.1.8.	Independência no trabalho	38
4.1.9.	Participação em organização ambiental.....	39
4.1.10.	Importância dada ao meio ambiente	40
4.1.11.	Proteção ambiental versus Crescimento econômico.....	41
4.1.12.	Contribuição financeira a organizações ambientais.....	42
4.1.13.	Participação em manifestações em prol do meio ambiente	43
4.2.	Testes de Correlação entre variáveis sociodemográficas, variáveis quanto à natureza laboral e variáveis relacionadas ao comportamento ambiental.....	44
4.3.	Comparação de médias entre o Brasil e os Estados Unidos para as variáveis relacionadas ao comportamento ambiental.....	57
5.	CONCLUSÃO	62

REFERÊNCIAS	64
-------------------	----

1. INTRODUÇÃO

A preocupação ambiental está em evidência. O mundo mudou e se transformou ao longo da história, principalmente no que diz respeito à relação entre produção e degradação ambiental (POTT; ESTRELA, 2017). Em vista dessas modificações, atualmente, é notória a necessidade de pensar a relação humana com o meio ambiente, visando, principalmente, à conservação ambiental adequada para a continuidade da espécie humana. Não preservar o ambiente e destruir, gradativamente, o planeta colocam os seres humanos em vulnerabilidade por não terem para onde ir (RIPLLE *et al.*, 2017).

Nesse sentido, toda a sociedade deve estar atenta a essas questões. Porém, as organizações podem assumir maior responsabilidade e ter a iniciativa precípua de preservação ambiental, servindo de referência, seja com ações sustentáveis de produção ou com qualquer outra ação que mostre a importância de preservar os recursos naturais, cada vez mais escassos, o que é evidenciado, por exemplo, em relatório da *United Nations Environment Programme*, programa da Organização das Nações Unidas (ONU) para o meio ambiente. Isso pode ser vantajoso para elas, pois indica que fazem parte de suas agendas e planejamentos temas atuais e de interesse coletivo (UNEP, 2011).

Além disso, as organizações podem exercer influência sobre o comportamento individual das pessoas, por meio da cultura organizacional que compartilha com seus membros (MOTTA; GOMES, 2019). Isso oferece a oportunidade de conhecer melhor as motivações pessoais de cada um e transformar esse processo em uma ferramenta nos esforços de conservação ecológica que o mundo vive atualmente.

A gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável têm sido discutidos de forma significativa no nível individual e organizacional, dando-se foco às ações que pessoas e empresas tomam em suas atividades operacionais que visam à proteção do meio ambiente (ex.: GROTTA *et al.*, 2020; GUPTA; ZHANG, 2020; SOUZA *et al.*, 2020). Todavia, a quantidade de estudos sobre esse tema não é tão vasta quando se trata do comportamento ambiental no nível de análise nacional. Nessa verve, o presente estudo teve como objetivo principal analisar as possíveis correlações estatisticamente significantes entre variáveis sociodemográficas, variáveis relacionadas à natureza do trabalho e o comportamento ambiental em dois países culturalmente distintos, a saber Brasil e Estados Unidos.

O estudo buscou, portanto, investigar o comportamento ambiental no nível de análise nacional (não explorado exaustivamente na literatura) e escolheu o Brasil e os Estados

Unidos para serem comparados por serem considerados culturalmente distintos em vários estudos transculturais (ex.: HOFSTEDE, 1980, 2011).

Discutir diferenças de comportamento ambiental entre dois povos à luz da cultura mostra-se pertinente em vista do fato de que a cultura é um fenômeno que acontece a partir da interação humana e que, em certa medida, exerce influência sobre o comportamento individual (MOTTA; GOMES, 2019). A cultura age como aspecto normatizador e padronizador do comportamento humano (OLIVEIRA; ALVES, 2015). Ademais, o comportamento humano é complexo e diversas variáveis atuam sobre como ele é constituído. A cultura é uma dessas variáveis que influenciam o comportamento e, aliado a ele, expõe as condutas e ações de um determinado indivíduo, grupo ou povo (ANDERY, 2011). A cultura remete a um fenômeno, a um conjunto de constructos que são partilhados entre indivíduos, ou seja, é um conceito que, por definição, é plural. Não existe cultura sem interação humana e não há ser humano sem cultura (GOMES *et al.*, 2016). O comportamento humano é a menor parte do fenômeno cultural e, portanto, não há como desassociar cultura e comportamento humano, devendo compreender um para se estudar o outro, e vice-versa (ANDERY, 2011).

Para alcançar esse objetivo, formularam-se os seguintes objetivos específicos: realizar revisão bibliográfica para levantamento de hipóteses que serão testadas empiricamente; identificar as correlações estatisticamente significantes existentes entre as variáveis estudadas; e comparar e discutir as médias das variáveis relacionadas ao comportamento ambiental nos dois países, com foco nas diferenças de comportamento e cultura entre ambos.

Os resultados do presente estudo proporcionam subsídios para discussões mais aprofundadas sobre o que tende a determinar ou influenciar o comportamento ambiental das pessoas e sobre as características gerais relativas ao comportamento ambiental de brasileiros e americanos. Dessa maneira, oportunizar-se desses resultados pode fomentar, nas organizações brasileiras e americanas, a inclusão ou o maior desenvolvimento da questão ambiental no cotidiano pessoal das tarefas realizadas pelos seus membros, além de reforçar o papel da cultura nacional e organizacional no comportamento de cada um. Além disso, a análise transcultural traz a oportunidade de explorar como diferentes povos percebem e interpretam o meio ambiente que é comum aos países estudados, evidenciando as diferenças de comportamento ambiental, o que pode ajudar na criação de ferramentas específicas para cada realidade sociocultural.

Além desta introdução, a presente pesquisa é composta pelo referencial teórico, o qual contém os estudos que subsidiaram a formulação das hipóteses empiricamente testadas e

traz os temas de sustentabilidade e gestão ambiental, comportamento ambiental, a relação do ser humano com o trabalho, a relação entre cultura e comportamento e as diferenças culturais entre Brasil e Estados Unidos. Em seguida, o estudo apresenta a seção de metodologia, a seção de apresentação e discussão dos resultados e, por fim, a seção de conclusão, com sugestões de estudos ulteriores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Sustentabilidade e Gestão Ambiental

A discussão em torno da produção e da preservação ambiental cresceu muito nos últimos tempos. Um ponto de partida para abordar essa questão é conhecer os conceitos de Sustentabilidade e de Desenvolvimento Sustentável, amplamente discutidos, tanto no meio acadêmico-científico, como no meio empresarial (POTT; ESTRELA, 2017).

Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável são conceitos muito próximos, tendo, em linha geral, o mesmo objetivo. A ideia de Sustentabilidade parte da premissa da continuidade, tanto de sistemas econômicos como de ecossistemas. Sendo assim, é inadequado buscar o desenvolvimento econômico sem levar em conta a preservação do ecossistema e vice-versa. Tais questões, ambiental e econômica, são estreitamente ligadas, uma vez que toda atividade humana, inclusive a economia, é desenvolvida dentro de um ecossistema, e para manter o ecossistema, a economia deve ser desenvolvida o suficiente para sustentar as inovações que possam fazer os meios de produção serem mais eficientes (LIMA, 2006).

Contudo, há autores que discorrem sobre a diferença entre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). O principal ponto de discussão é quanto à perspectiva do tema, pois se trata de conceitos que podem ser vistos de maneiras diferentes e em vários campos do conhecimento, tais como economia, administração, sociologia, engenharia, dentre outros. Além disso, importante diferença entre os conceitos relaciona-se a finalidade do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, ou seja, há a discussão de qual conceito é antecessor. Para alcançar a sustentabilidade é necessário o desenvolvimento sustentável ou para se ter o desenvolvimento sustentável é preciso que os processos sejam sustentáveis?

Baseado nisso, esses conceitos começaram a ganhar força no final da década de 1980, com a reunião e discussão de diversos líderes em comissões pelo mundo afora. Um

exemplo foi o Relatório *Brundtland* (WCED, 1987), concebido pela ONU, com o propósito de discutir o futuro das próximas gerações, dada a incompatibilidade entre o modelo produtivo vigente à época e a preservação ambiental. Segundo o referido relatório, o mundo precisava, com urgência, debater questões sobre o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental, além de pobreza, fome e várias outras questões sociais que ainda eram tratadas de forma secundária na maioria das agendas políticas dos líderes governamentais pelo mundo.

O Relatório de *Brundtland* (WCED, 1987), que em sua versão brasileira chama-se “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1991, definiu o clássico conceito de Desenvolvimento Sustentável: “é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMD, 1991, p. 46). Esse conceito, embora seja um marco na discussão ambiental, é simples e flexível, tornando-se aberto a interpretações.

O Relatório de *Brundtland* (WCED, 1987) destacou que o desenvolvimento sustentável, e conseqüentemente a Sustentabilidade, estão ligados a como as sociedades percebem o meio ambiente, sendo necessário alcançar um equilíbrio entre as forças produtivas e o uso de recursos naturais, mudando, assim, o paradigma de comportamento da população mundial, visando ao bem-estar e à qualidade de vida, no presente e no futuro.

Refinando o conceito de Sustentabilidade, Elkington (1994) concebeu o termo *Triple Bottom Line* (“tripé da sustentabilidade”), por meio do qual três dimensões ou pilares da Sustentabilidade foram definidos. Tal abordagem define que as dimensões econômica, social e ambiental devem ser tratadas conjuntamente e podem servir de indicador do grau de adesão e preocupação dos governos, das corporações e dos indivíduos com a Sustentabilidade e com o Desenvolvimento Sustentável (ALVES; SILVA, 2013).

Tal ideia visa alcançar um crescimento econômico contínuo, alinhado ao respeito pelo meio ambiente e às pessoas. Isso se traduz em uma estrutura organizacional e em um planejamento estratégico voltados ao alcance da “Sustentabilidade Empresarial”, termo usado por alguns autores (BENITES; POLO, 2013).

Do ponto de vista organizacional, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável aparecem na forma da chamada “Gestão Ambiental”, que pode ser entendida como o conjunto de práticas e ações tomadas pelas organizações para mitigar os impactos ambientais causados pelas suas atividades (MACÊDO; OLIVEIRA, 2005). Os motivos que levam as empresas a adotarem medidas de controle ambiental vão além da mera exigência e pressão governamental.

Questões ambientais são variáveis capazes de influenciar o comportamento do consumidor. Sendo assim, torna-se imperativo incluir a relação ambiental no cotidiano das decisões tomadas dentro de uma organização. Macêdo e Oliveira (2005) apontam a Gestão Ambiental como variável estratégica de diferenciação e, somada ao avanço da tecnologia, permite operações mais eficientes que podem ser usadas como ferramenta de propaganda e *marketing*, atuando como fator determinante na escolha dos consumidores.

Outra análise feita da importância estratégica da gestão ambiental nas organizações diz respeito à redução do nível de insolvência de empresas ambientalmente engajadas (MORAES *et al.*, 2014). Tal estudo mostra que empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores BM&FBOVESPA têm menos chance de ir à falência, devido às oportunidades encontradas no mercado, principalmente acesso a crédito facilitado, pela confiança nos processos de governança adotados para se fazer parte do ISE (MORAES *et al.*, 2014).

Contudo, vale ressaltar um contraponto em relação à gestão ambiental: de nada vale a organização implementar um sistema de políticas sustentáveis se, em sua essência, não houver valores e pressupostos que remetem à preservação ambiental. Em estudo realizado na Espanha, Garcia-Mira, Dumitru e Vega-Marcote (2014) descobriram que, apesar de a Universidade de Coruña apresentar ações positivas relacionadas ao meio ambiente, seus colaboradores e alunos não partilhavam ou não conheciam essas ações. O mesmo pode acontecer em organizações empresariais e uma forma de contornar essa ruptura entre quem planeja a ação e quem dela devia fazer parte seria reforçar os valores que alicerçam a cultura organizacional, já que a cultura organizacional pode influenciar o comportamento individual das pessoas (MOTTA; GOMES, 2019).

2.2. Comportamento Ambiental

De forma geral, o comportamento ambiental pode ser entendido como as ações praticadas pelo ser humano pautadas na relação de dualidade com o meio ambiente. A degradação ambiental se tornou, nas últimas décadas, uma questão de importância global, visto que sua principal causa está no comportamento nocivo do ser humano. O ser humano, tanto individual quanto coletivamente, explora e abusa dos recursos naturais de maneira insustentável (PATO, 2005).

Contrastando com o aspecto devastador do ser humano, o comportamento pró-ambiental é a alternativa positiva dessa relação. Sendo assim, o comportamento pró-ambiental

remete às ações e às práticas tomadas pelos indivíduos guiadas pela preservação ambiental. Nesse sentido, diversos aspectos são considerados, tais como: a reciclagem, o monitoramento e a preservação de recursos naturais, como a água, por exemplo, a conservação de ambientes naturais, como florestas, e o consumo consciente (KAIDA; KAIDA, 2016; PATO; TAMAYO, 2006).

Existe, no entanto, uma ruptura entre o discurso e o comportamento ambiental. No ritmo atual, a conscientização dos problemas ambientais e as consequências negativas que eles trazem estão difundidas pelo mundo, onde as pessoas reconhecem a não preservação ambiental como problema sério. A conscientização, embora sempre deva ser estimulada e reforçada, tende a estar enraizada nas sociedades que discutem e enfrentam problemas de preservação e conservação ambiental. O que tende a ocorrer, hoje, é a falta de sincronização entre a percepção, o discurso com viés ambiental e o comportamento em si, haja vista que diversas variáveis socioculturais estão presentes em cada contexto (MELO *et al.*, 2017; PEIXOTO; PEREIRA, 2013; PINHEIRO *et al.*, 2011).

Melo *et al.* (2017) apontam que um fator presente nas sociedades modernas não parece exercer influência sobre a adoção de comportamentos pró-ambientais: o descompasso entre o trabalho profissional e a vida pessoal, no sentido de não haver tempo o suficiente para executar todas as atividades cotidianas. Partindo da premissa de que algumas pessoas acreditam que a agitação da vida moderna não permite que os indivíduos ajam de acordo com seus valores básicos, pois sempre estão ocupadas com alguma coisa, os autores não encontraram evidências para confirmar a hipótese de que tal agitação tende a diminuir a adoção de comportamentos pró-ambientais. No entanto, os autores encontraram uma relação direta entre a percepção da falta de tempo livre e a adoção de comportamentos ecológicos. Em outras palavras, as pessoas que sentem que não têm muito tempo para o lazer, tendem a não adotar comportamentos pró-ambientais, uma vez que, na percepção delas, o tempo de lazer exclui a possibilidade de ter tempo para adotar ações voltadas para a preservação do meio ambiente (MELO *et al.*, 2017).

Ainda segundo Melo *et al.* (2017), variáveis sociodemográficas, como, por exemplo, idade, escolaridade, renda e o número de filhos pequenos parecem exercer influência positiva na adoção de comportamentos pró-ambientais. Os autores encontraram evidências de que pessoas mais velhas tendem a adotar mais comportamentos pró-ambientais. No que diz respeito à renda, a relação é inversa: famílias com um nível de renda maior tendem a ter menos engajamento ambiental, em vista de que a renda maior possibilita o aumento do consumo, e o consumismo impensado não é uma prática que ocupa o mesmo

escopo da preservação ambiental. Já a escolaridade afeta o comportamento pró-ambiental na medida diretamente proporcional: pessoas com níveis escolares mais altos tendem a ter mais comportamentos pró-ambientais. Por fim, Melo *et al.* (2017) afirmam que famílias com filhos pequenos tendem a ter menos engajamento ambiental em comparação com famílias com filhos mais velhos ou sem filhos.

A relação da natureza do trabalho com o comportamento pró-ambiental também é um dos focos deste trabalho. Nesse sentido, Hicklenton, Hine e Loi (2019) afirmam que organizações que permitem maior autonomia dos funcionários inspiram a motivação das pessoas com o comportamento pró-ambiental, dentro e fora do local de trabalho. Além disso, o clima organizacional fortemente engajado com questões ambientais também motiva os funcionários a terem tal comportamento. Esse entendimento é importante, pois pode relacionar a cultura organizacional com o comportamento pró-ambiental e mostra que os valores organizacionais influenciam os trabalhadores dentro e fora do local de trabalho.

Outro aspecto interessante do comportamento ambiental diz respeito a como o indivíduo está inserido na sociedade contemporânea. Alguns estudos mostram que sociedades pautadas no materialismo e consumismo tendem a ter menos engajamento sustentável das pessoas (BESCOROVAINE *et al.*, 2016; PATO, 2005; ROCKETT; LUNA; GUERRA, 2019; JANUÁRIO *et al.*, 2016). Isso pode ser explicado, em parte, pela relação predatória que se construiu entre homem e natureza ao longo das revoluções tecnológicas que ocorreram nos últimos séculos. Nesse contexto social, a natureza é vista como recurso, matéria-prima e insumo. Isso tende a levar a tomadas de decisão que, constantemente, tendem ao *trade-off* crescimento/desenvolvimento econômico *versus* preservação ambiental (COELHO *et al.*, 2013).

Além disso, para estudar o comportamento ambiental, é preciso saber identificar os valores que são perpetrados pelas pessoas e correlacionar esses valores com o que é observado em dada realidade socioambiental. Na visão de Pereira e Reis (2017), a conservação ambiental, ou comportamento ecológico, depende da percepção dos indivíduos quanto ao meio, sendo necessário observar os valores e crenças compartilhados entre os grupos sociais. Como afirmam os autores, as pessoas tendem a ter um comportamento pró-ambiental ou mudar um aspecto comportamental, quando elas têm a noção de importância da ação ambiental do ponto de vista do contexto social, ou seja, se a questão ambiental está alicerçada em um valor ou crença coletiva ou cultural, a pessoa tende a se preocupar com suas ações em relação ao meio (PEREIRA; REIS, 2017).

Nesse sentido, a educação formal pode ter papel decisivo na formação do indivíduo ecologicamente consciente. O conhecimento sobre sustentabilidade trabalhado no âmbito das instituições de ensino indica ter relação com o comportamento ambiental, uma vez que, quem se submete a trabalhar o tema formalmente na educação tende a ter mais consciência sobre o meio ambiente e a adotar mais práticas sustentáveis. É o que sugere o estudo de Jacomossi, Morano e Barrichello (2014).

Tal estudo mostrou, ainda, que, embora seja possível afirmar que quem teve acesso à educação ambiental estruturada em alguma instituição de ensino desenvolveu maior preocupação com o meio ambiente e com sua preservação, as pessoas que não tiveram contato com disciplinas específicas sobre a temática não indicaram ter menos consciência ambiental. Ou seja, a educação ambiental é importante para ajudar na construção do comportamento ambiental das pessoas, mas não indica ser imprescindível para tal, existindo a ocorrência de indivíduos sustentavelmente conscientes, apesar de não terem acesso à educação ambiental formal (JACOMOSSI; MORANO; BARRICHELO, 2014).

Corroborando o estudo anterior, Bescorovaine *et al.* (2016) afirmam que, mesmo que as pessoas tenham uma educação ambiental formalizada, ainda existem lacunas que devem ser preenchidas. Tais autores dizem que, mesmo que os estudantes tenham contato com disciplinas ambientais, isso nem sempre se traduz no comportamento ambiental efetivo. É necessário, ainda segundo os autores, que a instituição de ensino identifique o contexto social e, por meio dele, trabalhe a questão ambiental, pois, quando o indivíduo sente fazer parte de algo maior, ele tende a mudar ou adotar uma prática ambiental no seu cotidiano.

Almeida *et al.* (2015) sugerem dois fatores que podem explicar o comportamento ambiental. Esses fatores dizem respeito ao nível de escolaridade e ao conhecimento dos resultados que as ações tomadas têm. Segundo tais autores, é necessário que o indivíduo perceba e conheça o resultado da ação ambiental tomada, a fim de se certificar de que tal ação tem ou não o efeito esperado. Por exemplo, não conhecer a destinação dos materiais após o descarte adequado faz com que as pessoas não se preocupem em descartar adequadamente seus resíduos. Isso demonstra que a percepção é importante na construção do comportamento ambiental, pois, é por meio dela que as pessoas podem ou não adotar uma mudança de hábito. Já em relação à escolaridade, os autores afirmam que pessoas com maior grau de instrução tendem a ter um maior engajamento ambiental. Mesmo limitando-se a estudar somente a realidade de Brasília – Distrito Federal, o referido estudo pode servir como ponto de partida para se aprofundar nas variáveis que têm relação com o comportamento ambiental.

Uma característica das sociedades atuais é que, também, pode refletir no comportamento ambiental é a ideia relativizada de tempo que as sociedades desenvolveram. Franco (2011) afirma que os tempos sociais e ambientais não são mais compatíveis com as capacidades humanas e do planeta de se renovarem. Nas palavras dela: “são tempos de capital, cada vez mais velozes, em profunda contradição com os tempos naturais – seja dos ciclos da natureza, seja dos biorritmos humanos” (FRANCO, 2011, p. 4).

Nessa mesma direção, Whillans e Dunn (2015) afirmam que, quando o trabalhador percebe o tempo como recurso necessário para executar seu trabalho, ele tende a diminuir o engajamento ambiental. Esse fenômeno ocorre porque as pessoas entendem o tempo como custo de oportunidade em relação ao comportamento ambiental. Tal estudo ajuda a reforçar um aspecto discutido anteriormente: a pessoa que não percebe o resultado da ação sustentável tende a focar em atividades que lhe tragam retorno imediato, principalmente se o retorno está diretamente ligado à sua capacidade de gerar renda (WHILLANS; DUNN, 2015).

Há, ainda, casos que demonstram que práticas sustentáveis aplicadas pelo poder público têm pouca adesão da sociedade, o que, em certa medida, influencia a conscientização acerca das questões ambientais. Tal fenômeno pode estar ligado ao fato de algumas pessoas entenderem os problemas ambientais como sendo de longo prazo, ou seja, são problemas que não terão consequências graves em um futuro próximo e, portanto, as pessoas esperam que as autoridades governamentais tenham a capacidade de resolver essas questões de maneira isolada (PINHEIRO *et al.*, 2011).

2.3. O ser humano e o trabalho

O trabalho representa importante dimensão da vida humana. Isso se deve ao caráter de pertencimento e de identidade que é proporcionado por ele, além da percepção dos indivíduos de que, por meio do trabalho, a vida passa a ter um direcionamento. Dada essa concepção, o trabalho pode ajudar a conhecer melhor o comportamento humano, visto que a pessoa passa a se definir de acordo com a atividade que exerce (SILVA; CAPPELLE, 2017).

O indivíduo, por meio da percepção do trabalho, constrói parte de sua identidade e, imbuído nesse processo, sente-se parte de um grupo maior e é inserido em um contexto social (ASSIS; MACEDO, 2008). Além disso, o trabalho pode ser visto como condição que transforma o homem em ser social, visto que a sociedade emerge das relações que são construídas entre homens e entre homens e natureza, e o trabalho está intimamente ligado a ambas relações (ALVES; GONÇALVES; COSTA, 2014).

Na concepção de trabalho baseado na relação do homem com o ambiente, Alves, Gonçalves e Costa (2014) afirmam que é por meio da transformação da natureza que o ser humano exerce seu trabalho. Na visão desses autores, o trabalho é um fenômeno em que o ser humano se apropria de recursos naturais com o intuito de satisfazer suas necessidades. Nesse processo, o ser humano se modifica e modifica a natureza de acordo com seu interesse.

Tal é a relação entre trabalho, ser humano e meio ambiente: a interdependência entre comportamento, crescimento econômico e degradação ambiental. Segundo Franco (2011), as constantes revoluções tecnológicas que ocorreram ao longo da história – que, em suma, buscaram formas mais rápidas, menos custosas e mais eficientes de escalar a produção – subverteram a lógica do trabalho, impactando nas relações sociais e ambientais do ser humano. Isso conduz a uma ruptura da forma como o trabalho é desenvolvido e como o ser humano se apropria dos recursos naturais, gerando a degradação socioambiental.

Sendo assim, Franco (2011) afirma que as sociedades baseadas na lógica cultural do consumismo tendem a produzir rupturas do homem com seu trabalho e com o ambiente. Portanto, as desproporcionalidades nas relações de poder no trabalho geram o trabalho alienado e este, por sua vez, leva à falta de percepção de pertencimento ao trabalho e à natureza.

O trabalho alienado – entendido como aquele em que o trabalhador não conhece e não se identifica com o resultado da tarefa executada, além de aspectos de precarização e apropriação da forma como a tarefa é executada – faz o ser humano se afastar, progressivamente, do senso de identidade discutido anteriormente e, conseqüentemente, não se vê dentro de um contexto maior, seja cultural ou ambiental.

Nessa linha, o trabalho desempenha papel importante na vida das pessoas e isso está relacionado ao comportamento humano. Extrapolando para a questão ambiental, a natureza do trabalho pode ser indicadora do comportamento ambiental das pessoas, visto que, dependendo do contexto profissional em que o trabalhador está inserido, esse trabalhador pode adotar ou não práticas mais próximas do comportamento ecológico discutido na seção anterior. Além disso, tanto a natureza do trabalho quanto a tarefa executada podem ter ligação com o comportamento ambiental. Se o trabalhador não se identifica com a tarefa, encontra-se em um contexto de precarização profissional ou recebe pelo tempo trabalhado, por exemplo, ele tende a não se preocupar com questões ambientais, de acordo com o que foi visto no decorrer dos estudos apresentados neste levantamento bibliográfico.

2.4. Relações entre cultura e comportamento humano individual

Haja vista que o presente estudo almeja discutir as diferenças de comportamento ambiental entre brasileiros e americanos à luz da cultura nacional, é salutar trazer à tona, nesta revisão de literatura, a temática da cultura e como esta se entrecruza com o comportamento humano individual. Um dos conceitos mais conhecidos, mundialmente, é o de que a cultura é “a programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo ou categoria de pessoas de outras pessoas” (HOFSTEDE, 2011, p. 3). Dessa forma, a cultura é um fenômeno que acontece a partir da interação humana, congregando as pessoas em coletivos maiores que exprimem os costumes considerados válidos para serem passados adiante e que, em certa medida, exerce influência sobre o comportamento individual (MOTTA; GOMES, 2019).

Hofstede (2011) assevera que o termo “cultura” pode ser visto a partir da Antropologia, ao se estudarem grupos étnicos, a partir da Sociologia e da Ciência Política, estudando-se nações, e a partir da Administração, ao se observar a cultura organizacional. Concordando com Hofstede (2011), Silva e Gomes (2011) afirmam que as definições de cultura se diferenciam de acordo com o foco do estudo em questão e, ainda, afirmam que as culturas se distinguem umas das outras, de acordo com as soluções dadas pelas pessoas aos problemas enfrentados. Segundo Oliveira e Alves (2015), a cultura é necessária, estrutura a vida em sociedade, está em constante evolução e adaptação e age como aspecto normatizador e padronizador do comportamento humano (OLIVEIRA; ALVES, 2015).

Do ponto de vista organizacional, a cultura é vista como o conjunto de valores, crenças, comportamentos e ideais partilhados dentro de uma organização, e, por sua vez, a organização é definida como a junção de indivíduos em prol de um objetivo comum (VASCONCELOS-SILVA; TODOROV; SILVA, 2012). Sendo assim, a cultura organizacional atua sobre o comportamento individual, bem como é constituída pelas atitudes percebidas, aprendidas, ensinadas e compartilhadas entre aqueles que se inter-relacionam dentro dos grupos sociais que formam a organização.

A cultura organizacional mantém as coesões dos grupos sociais identificados e incorporados àquela organização, quando as normas são baseadas nos valores dos grupos. O contrário também ocorre, ou seja, se as normas da organização destoam dos valores assumidos pelos grupos, poderá haver conflitos e tensões (SILVA; GOMES, 2011).

Além disso, como uma organização é composta por diferentes grupos, ela tende a apresentar diferentes subculturas. Existem atividades dentro de uma organização que determinam a natureza do trabalho de cada indivíduo, levando-os a se relacionarem de

diferentes maneiras. É importante, portanto, entender os diferentes contextos socioculturais que uma organização tem, a fim de avaliar se estes são ou não congruentes com a cultura organizacional em si (BENTO; GOMES; TONTINI, 2019).

A cultura organizacional influencia o comportamento, as atitudes, a percepção e os sentimentos das pessoas, visto que, inserido em um contexto sociocultural, o ser humano tende a ser influenciado e a internalizar os valores e as normas organizacionais (SANTOS; DAMIAN; VALENTIM, 2019).

O comportamento humano é complexo e diversas variáveis atuam sobre como ele é constituído. A cultura é uma dessas variáveis que influenciam o comportamento e, aliado a ele, expõe as condutas e ações de um determinado indivíduo, grupo ou povo (ANDERY, 2011).

Brandalise *et al.* (2009) afirmam que, para se estudar e entender certos comportamentos, é necessário que se conheçam os conceitos de “sensação” e “percepção”, pois esses conceitos são determinantes do comportamento. De acordo com esses autores, a sensação diz respeito aos estímulos físicos e a percepção refere-se a como os indivíduos interpretam os sentidos, criando significados na relação entre ser humano e meio ambiente. Dessa forma, a interpretação do meio ambiente determina como uma pessoa irá se comportar, sendo válido ressaltar que essa interpretação é individual, ou seja, um mesmo evento ambiental pode causar interpretações diferentes em observadores distintos (BRANDALISE *et al.*, 2009).

Todorov (2012) afirma, no entanto, que o comportamento não pode ser visto apenas como a interação entre ambiente e organismo. Para ele, o comportamento é um processo com início, meio e fim e seu conceito, geralmente, relaciona-se com as ações praticadas pelo ser humano. Tal concepção se baseia na interpretação do comportamento conforme a interação do ser humano e meio ambiente e isso não faz, necessariamente, o comportamento ser a interação. “Diferentes tipos de interação definem diferentes classes de comportamento, dependendo da relação funcional entre comportamento e ambiente” (TODOROV, 2012, p. 35).

Ademais, a cultura remete a um fenômeno, a um conjunto de constructos que são compartilhados entre indivíduos, ou seja, é um conceito que, por definição, é plural. Não existe cultura sem interação humana e não há ser humano sem cultura (GOMES *et al.*, 2016). Já o comportamento humano pode ser interpretado como a ação individual intrínseca ao ser. Dada tal interpretação ao comportamento humano, limita-se seu estudo apenas ao caráter *behaviorista*, em que o comportamento passa a ser as ações e reações aos estímulos

ambientais e não considera o aspecto social do homem. Nesse sentido, Andery (2011) argumenta que o comportamento humano é a menor parte do fenômeno cultural e, portanto, não há como desassociar cultura e comportamento humano, devendo compreender um para se estudar o outro, e vice-versa.

Depreende-se que, apesar de o comportamento ser individual, a cultura, seja no nível nacional ou organizacional, rege as normas gerais compartilhadas entre as pessoas, o que pode se traduzir em comportamento que não foge, com recorrência, da tendência geral de uma nação ou organização culturalmente unida.

2.5. Diferenças Culturais: Brasil x Estados Unidos

A presente subseção irá discorrer sobre as diferenças culturais entre Brasil e Estados Unidos, visto que um dos focos deste estudo é comparar tais países quanto a suas diferenças gerais de comportamento ambiental. Para isso, a comparação se dará, tomando-se, como referência, as seis dimensões de cultura nacional propostas por Hofstede (2011) e à luz das pontuações indexadas pelos dois países em cada dimensão cultural de acordo com Hofstede, Hofstede e Minkov (2010), amplamente adotadas em estudos transculturais.

As seis dimensões de cultura de Hofstede (2011) são: Distância do Poder, Aversão à Incerteza, Individualismo *versus* Coletivismo, Masculinidade *versus* Feminilidade, Orientação a Longo Prazo *versus* Orientação a Curto Prazo e Indulgência *versus* Restrição.

Distância do Poder: a primeira dimensão de cultura refere-se ao grau de desigualdade dentro de uma sociedade. Isso quer dizer que o poder é distribuído, naturalmente, de forma desigual, pois cada pessoa é única. Além disso, essa dimensão evidencia como as pessoas menos poderosas esperam e aceitam que esse poder seja desigual e, além disso, mostra como uma pessoa exerce influência no comportamento de outra. Portanto, por meio da dimensão Distância do Poder, é possível comparar duas sociedades em relação ao seu grau de desigualdade (mais ou menos desigual). Com uma pontuação de 69, o Brasil reflete uma sociedade que acredita que a hierarquia deve ser respeitada e desigualdades entre as pessoas são aceitáveis. A distribuição desigual de poder justifica o fato de os detentores de poder terem mais benefícios do que os menos poderosos da sociedade. No Brasil, é importante mostrar respeito pelos idosos. Nas empresas, há um chefe que assume total responsabilidade. Os símbolos de status de poder são muito importantes para indicar posição social e “comunicar” respeito. Com uma pontuação de 40, os Estados Unidos apresentam baixo nível para essa dimensão cultural. A premissa americana de “liberdade e

justiça para todos” é evidenciada por uma ênfase explícita na igualdade de direitos em todos os aspectos da sociedade e do governo. Nas organizações americanas, a hierarquia é estabelecida por conveniência, os superiores são acessíveis e os gerentes confiam na experiência dos colaboradores e das equipes. Tanto os gerentes quanto os colaboradores esperam ser consultados e as informações são compartilhadas com frequência. Ao mesmo tempo, a comunicação é, relativamente, informal, direta e participativa.

Aversão à Incerteza: A segunda dimensão refere-se a como incertezas e imprevisibilidades são interpretadas pelos membros de uma sociedade. Isso quer dizer que existem culturas que lidam com maior ou menor conforto com o futuro incerto. Além disso, as sociedades se protegem à Aversão à Incerteza, criando normas e instituições para diminuir a ansiedade e o estresse que o futuro impremeditado gera. O Brasil apresenta alta pontuação para essa dimensão cultural (76), assim como a maioria dos países latino-americanos. Essas sociedades mostram uma forte necessidade de regras e sistemas jurídicos, sendo a burocracia, as leis e as regras muito importantes para tornar o mundo um lugar mais seguro para morar. Já os Estados Unidos pontuam abaixo da média para essa dimensão cultural (46). Nos Estados Unidos, há um bom grau de aceitação de novas ideias, produtos inovadores e vontade de tentar algo novo ou diferente. Os americanos tendem a ser mais tolerantes com ideias ou opiniões de qualquer pessoa e permite a liberdade de expressão. Ao mesmo tempo, os americanos não exigem muitas regras.

Individualismo versus Coletivismo: a terceira dimensão diz respeito a como as pessoas estão inseridas nos grupos sociais. Sociedades baseadas no individualismo tendem a levar as pessoas ao comportamento restrito ao “eu”, onde cada um olha para si e para sua família. Já sociedades coletivistas são pautadas nas relações de fidelidade exercida pelas pessoas como resultado de comportamentos dentro de grupos sociais coesos e unidos. Índices altos na escala indicam culturas mais individualistas e índices menores refletem o oposto. O Brasil apresenta 38 pontos nessa dimensão cultural, o que significa que, no Brasil, as pessoas, desde o nascimento, são integradas a grupos fortes e coesos (especialmente representados pela família, incluindo tios, tias, avós e primos), que continuam protegendo seus membros em troca por lealdade. Nos negócios, é importante para o brasileiro construir confiança e relacionamentos duradouros: uma reunião, normalmente, começa com conversas gerais para conhecer um ao outro antes de fazer negócios. Com 91 pontos, os Estados Unidos são uma das culturas mais individualistas do mundo. Espera-se que as pessoas cuidem de si mesmas e de suas famílias sem contar com o apoio dos outros. No mundo dos negócios, espera-se que os funcionários sejam proativos e que as decisões sejam baseadas no mérito.

Masculinidade *versus* Feminilidade: essa dimensão é relacionada aos valores permeados entre os sexos na sociedade. Isso é explicado pelo valor do que é considerado sucesso e de como homens e mulheres são vistos dentro dos grupos. Sociedades baseadas na Masculinidade tendem a ter valores mais competitivos e assertivos. Por sua vez, sociedades baseadas na Feminilidade tencionam para valores mais colaborativos e focados na qualidade de vida. Em suma, sociedades com índice alto refletem a Masculinidade e, com pontuação baixa, reflete a Feminilidade da sociedade em questão. O Brasil apresenta uma pontuação intermediária nessa dimensão cultural (49). Os Estados Unidos, por sua vez, apresentam uma pontuação alta (62). Nos Estados Unidos, é forte a ideia de que as pessoas devem se esforçar para serem os melhores que elas puderem ser. Como consequência, é comum americanos falarem sobre suas vitórias e sucessos e acreditarem que há sempre uma maneira de se fazer algo melhor.

Orientação a Longo Prazo *versus* Orientação a Curto Prazo: a quinta dimensão diz respeito a como as sociedades lidam com o tempo. Ou seja, essa dimensão refere-se a como a sociedade lembra do passado, age no presente e pensa no futuro. Sociedades com baixa pontuação nessa dimensão tendem a ter a orientação a curto prazo, refletindo na valorização e manutenção de normas, crenças e costumes bem estabelecidos. Já as sociedades com orientação a longo prazo, com uma pontuação maior, tendem a encarar mudanças como algo natural, algo como uma preparação para o futuro que está por vir. O Brasil apresenta uma pontuação intermediária nessa dimensão cultural (44). Já os Estados Unidos apresentam uma baixa pontuação (26). Assim, as empresas americanas medem seu desempenho em curto prazo, levando as pessoas a se esforçarem por resultados rápidos em seu ambiente de trabalho.

Indulgência *versus* Restrição: por fim, a sexta dimensão está relacionada a como as sociedades encaram a satisfação de seus desejos. A indulgência permite que as pessoas não se preocupem muito com as consequências de seus impulsos e a restrição é baseada no controle da satisfação desses impulsos com normas sociais mais restritas. A alta pontuação do Brasil nessa dimensão (59) o caracteriza como uma sociedade indulgente. Pessoas em sociedades classificadas como indulgentes geralmente exibem uma vontade de realizarem seus impulsos e desejos e a aproveitar a vida e se divertir. Eles possuem uma atitude positiva e têm uma tendência ao otimismo. Além disso, elas atribuem um maior grau de importância ao tempo de lazer e gastam o dinheiro como bem entendem. Os Estados Unidos também pontuam como uma sociedade indulgente (68).

As pontuações do Brasil e dos Estados Unidos quanto às dimensões culturais segundo Hofstede (2011) encontram-se resumidas no Quadro 1.

Quadro 1: Dimensões culturais do Brasil e Estados Unidos

Dimensão Cultural	Brasil	Estados Unidos
Distância do Poder	Alta	Baixa
Individualismo	Baixo	Alto
Masculinidade	Intermediária	Alta
Aversão à Incerteza	Alta	Intermediária
Orientação a longo prazo	Intermediária	Baixa
Indulgência	Alta	Alta

Fonte: Adaptado de Hofstede (2011)

2.6. Hipóteses do estudo

Respalhando-se na teoria acerca das variáveis de interesse do presente estudo, a saber comportamento ambiental, natureza do trabalho e variáveis sociodemográficas e culturais, algumas hipóteses foram levantadas para serem posteriormente testadas. O Quadro 2 sumariza as referidas hipóteses.

Quadro 2: Hipóteses do estudo

Hipóteses	Descrição	Fundamentação teórica	Teste estatístico a ser aplicado
Hipótese 1 (H-1)	Quanto maior a idade, maior o engajamento ambiental.	Melo <i>et al.</i> (2017).	
Hipótese 2 (H-2)	Quanto maior a quantidade de filhos, menor o engajamento ambiental.	Melo <i>et al.</i> (2017).	
Hipótese 3 (H-3)	Quanto maior o nível de escolaridade, maior o engajamento ambiental.	Melo <i>et al.</i> (2017); Almeida <i>et al.</i> (2015); Jacomossi, Morano e Barrichello (2014).	
Hipótese 4 (H-4)	Quanto maior a renda, menor o engajamento ambiental.	Melo <i>et al.</i> (2017).	
Hipótese 5 (H-5)	Quanto mais intelectual o trabalho do indivíduo, maior o seu engajamento ambiental.	A hipótese será explorada no presente estudo. Pressupôs-se que, quanto mais intelectual o trabalho do indivíduo, maior preocupação ele terá acerca de questões ambientais.	Teste de Correlação de Spearman
Hipótese 6 (H-6)	Quanto mais rotineiro o trabalho do indivíduo, menor o seu engajamento ambiental.	A hipótese será explorada no presente estudo. Pressupôs-se que o trabalho rotineiro pode estar relacionado à alienação e, nesse sentido, menor será o engajamento ambiental (FRANCO, 2011).	
Hipótese 7 (H-7)	Quanto maior a independência do indivíduo no seu trabalho, maior o	Hicklenton, Hine e Loi (2019).	

	seu engajamento ambiental.		
Hipótese 8 (H-8)	O brasileiro apresenta, em média, maior engajamento ambiental que o americano, haja vista que o alto nível de individualismo e de masculinidade e o baixo nível de orientação a longo prazo dos americanos podem estar relacionados a uma menor preocupação ambiental.	Hofstede (2011); Pinheiro <i>et al.</i> (2011); Franco (2011).	Teste de comparação de médias (Mann-Whitney)

Fonte: Do autor (2020)

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização da pesquisa

Quanto à natureza, a presente pesquisa classifica-se como aplicada, a qual foca no específico, buscando alcançar um resultado de aplicação local, não se repetindo em outras situações com variáveis diferentes (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010). Neste estudo, a natureza aplicada da pesquisa explicita-se pelo interesse em verdades e em conhecimentos concernentes à relação entre as variáveis de estudo, especificamente para dois países culturalmente distintos: Brasil e Estados Unidos.

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa classifica-se como quantitativa. A pesquisa quantitativa lida com variáveis que podem ser medidas. Além disso, é importante, na pesquisa quantitativa, traduzir, em números, fatos que podem ser verificados sistematicamente (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010). Haja vista que o problema desta pesquisa se relaciona ao interesse em conhecer as possíveis correlações entre as variáveis de estudo e ao interesse em comparar o comportamento ambiental entre dois países, aplicaram-se técnicas de análise de dados tipicamente quantitativas como, por exemplo, estatística descritiva, testes de correlação, testes de comparação de médias, dentre outros.

No que diz respeito aos seus objetivos, a presente pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória visa abordar uma questão pouco explorada até então. O grande destaque da pesquisa exploratória é fazer o problema ser conhecido ou explicitado, além de servir como visão geral para determinado tema pesquisado. Já a pesquisa descritiva visa mostrar como ocorre um problema, sem o compromisso de fazer um juízo sobre ele, além de proporcionar relações entre variáveis (GIL, 2008). Assim, o presente estudo buscou descrever a relação entre variáveis sociodemográficas, variáveis relacionadas à

natureza do trabalho e variáveis relacionadas ao comportamento ambiental, em dois países culturalmente distintos.

Quanto aos procedimentos técnicos, a presente pesquisa classifica-se como bibliográfica e estudo multicaso. A pesquisa bibliográfica baseia-se em materiais disponibilizados, anteriormente, por outros autores, em livros ou periódicos, por exemplo. Esse tipo de pesquisa serve como embasamento para as discussões que devem ser feitas, além de fornecer um panorama maior ao que seria alcançado individualmente pelo pesquisador (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010). Na presente pesquisa, a revisão bibliográfica proporcionou respaldo teórico para o levantamento de hipóteses, as quais foram, posteriormente, testadas empiricamente. Ademais, como este estudo classifica-se como teórico-empírico, os resultados puderam ser discutidos à luz da teoria relativa à temática ambiental e à cultura nacional dos países comparados, inclusive dialogando com estudos prévios que envolveram algumas das variáveis analisadas nesta pesquisa. Por fim, o estudo multicaso é uma variação do estudo de caso, em que o objetivo é conhecer e/ou comparar duas ou mais realidades e contexto diferentes (YIN, 2001). Na presente pesquisa, foram comparados dois países culturalmente distintos. O Brasil e os Estados Unidos foram escolhidos neste estudo por serem considerados culturalmente distintos em estudos transculturais (ex.: HOFSTEDE, 1980, 2011; VIGNOLES *et al.*, 2016). A título de exemplo, o Brasil e os Estados Unidos são amplamente considerados países cuja cultura nacional é coletivista e individualista respectivamente. Dessa forma, pressupôs-se que alguns dos resultados poderiam ser discutidos à luz das diferenças culturais entre os referidos países, haja vista que se tem respaldo teórico para considerar que a cultura pode influenciar o comportamento individual (ex.: MOTTA; GOMES, 2019; GOMES *et al.*, 2016; OLIVEIRA; ALVES, 2015; ANDERY, 2011).

3.2. Instrumento de coleta de dados

Os dados analisados no presente estudo foram retirados do banco de dados *World Values Survey* (WVS) - Edição 6 (2010-2014), edição mais recente até o momento da análise dos dados. A WVS é uma pesquisa conduzida por um grupo de cientistas sociais em universidades de ponta em todo o mundo. Trata-se de uma investigação mundial das mudanças nas visões políticas e socioculturais dos indivíduos. Os questionários usados no WVS contêm um grande conjunto de questões sobre valores sociais, econômicos e políticos, além de dados socioeconômicos e demográficos. Os questionários *Survey* seguem

procedimentos científicos de amostragem. A amostra do Brasil foi composta de 1.486 participantes e a amostra dos Estados Unidos composta por 2.232 participantes. Além disso, o questionário utilizado em cada país deve ser capaz de cobrir todos os residentes maiores de dezoito anos e a amostra deve representar todas as distribuições características verificadas em um país, como idade, gênero, etc.

As variáveis escolhidas para este estudo foram aquelas identificadas com os objetivos da pesquisa, ou seja, variáveis que mostram práticas e valores ambientais das pessoas, variáveis sociodemográficas e variáveis relacionadas à natureza do trabalho. As variáveis estão sumarizadas no Quadro 3:

Quadro 3: Variáveis estudadas.

Código da variável no presente estudo	Código da variável no banco de dados da WVS	Descrição da variável	Tipo de variável
OrgAmb	V30	Membro ativo/inativo de organização ambiental.	Variável relacionada ao Comportamento Ambiental
CuiAmb	V78	É importante que essa pessoa cuide do meio ambiente.	
ProtAmb	V81	Proteção ao meio ambiente vs. Crescimento econômico	
OrgEco	V82	Nos últimos dois anos: deu dinheiro para organização ecológica.	
ManifAmb	V83	Nos últimos dois anos: participou de manifestação em prol do meio ambiente	
Sexo	V240	Sexo	Variável Sociodemográfica
Idade	V242	Idade	
Filhos	V58	Quantidade de filhos	
Escolaridade	V248	Maior nível educacional alcançado	
Renda	V239	Escala de renda	
ManuIntellectu	V231	Trabalho: manual vs. intelectual	Variável relacionada à Natureza do trabalho
RotiCriati	V232	Trabalho: rotineiro vs. criativo	
IndepTrab	V233	Independência no trabalho	

Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

As variáveis ambientais utilizadas na presente pesquisa buscam identificar traços comportamentais que podem ser capazes de indicar a preocupação do indivíduo com o meio ambiente. A primeira delas, “OrgAmb”, busca saber se o entrevistado é membro de organização ambiental, se já foi membro em algum momento ou se nunca foi membro de nenhuma organização desse tipo. A variável “CuiAmb” descreve para o entrevistado uma

pessoa que se preocupa com o meio ambiente e solicita a ele que indique o seu nível de identificação com a pessoa descrita, a fim de verificar qual seu nível de engajamento ambiental. A terceira variável, “ProtAmb”, apresenta ao entrevistado dois argumentos: “a proteção do meio ambiente deveria ser prioritária, mesmo se desacelerasse o desenvolvimento econômico e diminuísse a oferta de empregos” e “o desenvolvimento econômico e criação de empregos deveriam ser prioritários, mesmo que o meio ambiente sofra algum dano”, e pede ao entrevistado que escolha a afirmação com a qual mais concorda. A quarta variável ambiental, “OrgEco”, pergunta ao entrevistado se ele doou dinheiro para organizações ambientais nos últimos dois anos e, por fim, a variável “ManifAmb” questiona a pessoa entrevistada se ela participou, também nos últimos dois anos, de alguma manifestação a favor do meio ambiente e da conservação ambiental.

A hipótese H-8 será aceita se o Brasil demonstrar médias maiores em três ou mais variáveis ambientais se comparado às médias dos Estados Unidos.

3.3. Técnicas de análise de dados

As análises estatísticas foram feitas, usando-se o software IBM® SPSS® 20.0 (*Statistical Package for Social Sciences*). Seguindo recomendações de Tabachnick e Fidell (2001) e Miles e Shevlin (2001), as variáveis foram verificadas quanto à sua distribuição normal. Os índices de assimetria e curtose foram divididos por seus respectivos erros, observando se os resultados estavam entre -7 e 7 (WEST; FINCH; CURRAN, 1995). A normalidade da distribuição dos dados também foi verificada com a construção de histogramas, com o teste de Kolmogorov-Smirnov e com o Teste de Shapiro-Wilk (FIELD, 2009). Ademais, realizou-se o Teste de Levene para verificar a homogeneidade das variâncias entre os dois países. Os testes de normalidade demonstraram que os dados da amostra brasileira e da amostra americana apresentam uma distribuição não-normal e o Teste de Levene demonstrou a não-homogeneidade das variâncias, resultados esses que, de antemão, sinalizaram a necessidade de testes não-paramétricos, tanto para a comparação das médias quanto para os testes de correlação.

As variáveis de estudo foram apresentadas, inicialmente, por país, por meio da estatística descritiva, identificando as médias mais altas. Testes de correlação de Spearman (ρ) foram realizados, de acordo com as orientações de Hair *et al.* (2009) e de Field (2001), a fim de verificar as possíveis correlações entre as variáveis concernentes ao comportamento ambiental e as demais variáveis do estudo (sociodemográficas, culturais e concernentes à

natureza do trabalho). Em seguida, testes não-paramétricos de Mann-Whitney para amostras independentes foram realizados, a fim de verificar quais variáveis de comportamento ambiental apresentavam diferenças estatisticamente significantes (nível de significância $p < 0,05$) entre o Brasil e os Estados Unidos. Por fim, calculou-se o coeficiente de determinação (r^2), a fim de verificar qual a fração de variabilidade do comportamento ambiental poderia ser explicada, estatisticamente, pelas demais variáveis, respaldando estudos futuros de causalidade, que ultrapassam o escopo desta pesquisa. Os resultados foram, então, discutidos, à luz da teoria.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Caracterização da amostra

A presente subseção visa caracterizar a amostra de respondentes de acordo com as variáveis de estudo, comparando-se o Brasil e os Estados Unidos. Apresentar-se-ão, primeiramente, as variáveis sociodemográficas, seguidas das variáveis relativas à natureza do trabalho e, por fim, as variáveis concernentes ao comportamento ambiental dos participantes.

4.1.1. Sexo

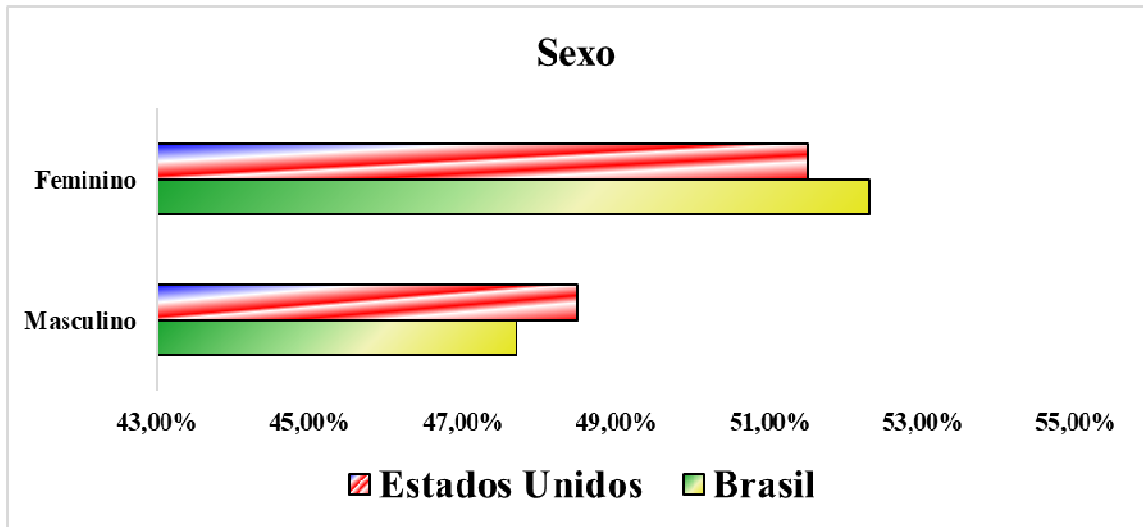
A amostra compôs-se de um número balanceado entre homens e mulheres, com uma leve superioridade de mulheres participantes nos dois países, conforme apontam a Tabela 1 e o Gráfico 1.

Tabela 1 – Distribuição da amostra quanto à variável “sexo”

Resposta	PAÍS	
	Brasil	Estados Unidos
Masculino	47,70%	48,50%
Feminino	52,30%	51,50%
(N)	1.486	2.232

Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

Gráfico 1 – Distribuição da amostra quanto à variável “Sexo”



Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

4.1.2. Idade

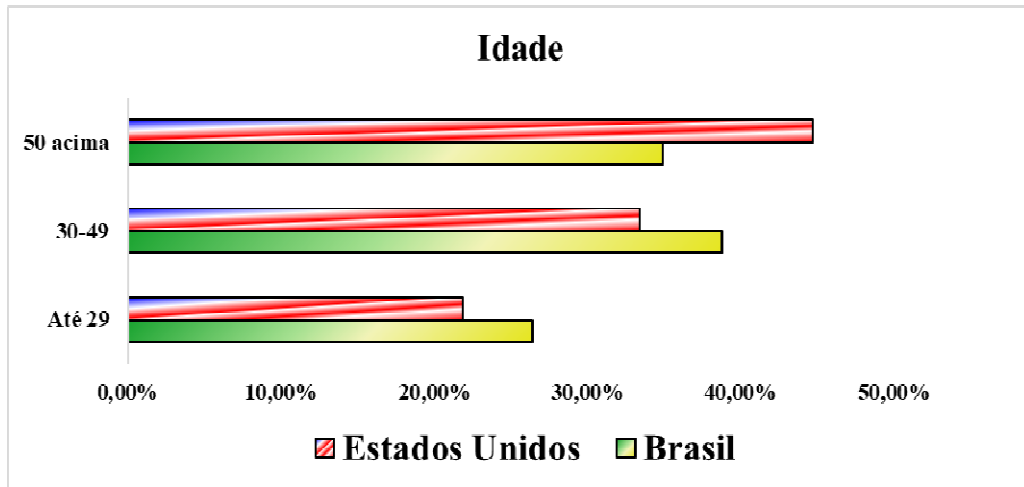
No que diz respeito à idade, a maioria dos participantes encaixou-se na faixa etária entre 30 e 49 anos, no caso do Brasil, e na faixa acima dos 50 anos, no caso dos Estados Unidos, conforme apontam a Tabela 2 e o Gráfico 2.

Tabela 2 – Distribuição da amostra quanto à variável “idade”

Resposta	PAÍS	
	Brasil	Estados Unidos
Até 29	26,40%	21,90%
30-49	38,80%	33,40%
50 acima	34,90%	44,70%
(N)	1.486	2.232
Média	42,98	46,37
Desvio Padrão	16,47	16,94

Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

Gráfico 2 – Distribuição da amostra quanto à variável “idade”



Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

4.1.3. Quantidade de filhos

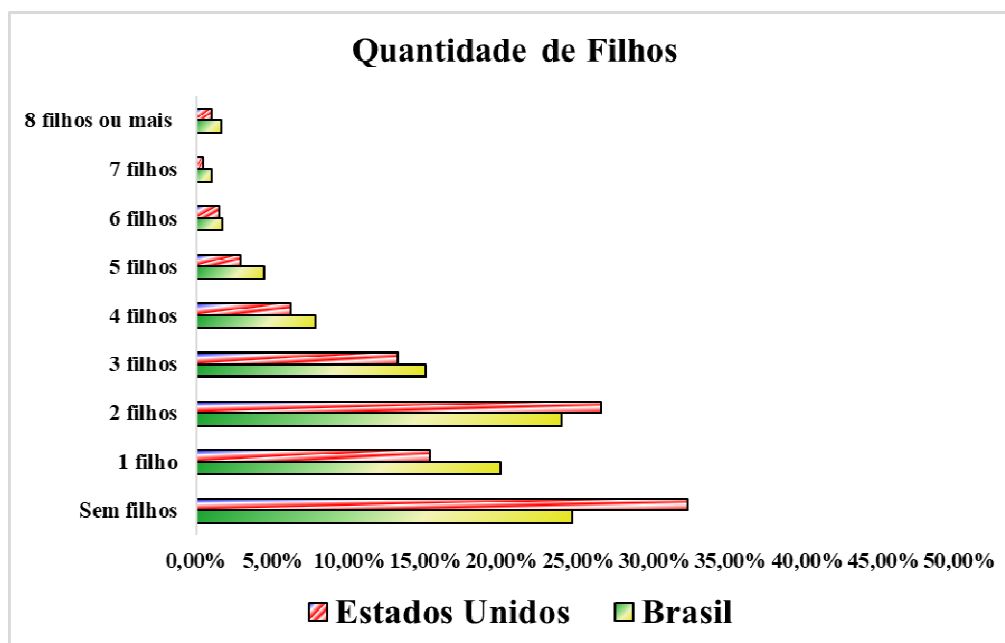
A maior parte dos participantes brasileiros e americanos não tem filhos ou possui de uma a duas crianças, conforme apontam a Tabela 3 e o Gráfico 3.

Tabela 3 – Distribuição da amostra quanto à variável “quantidade de filhos”

Resposta	PAÍS	
	Brasil	Estados Unidos
Sem filhos	24,60%	32,20%
1 filho	19,90%	15,30%
2 filhos	23,90%	26,50%
3 filhos	15,00%	13,20%
4 filhos	7,80%	6,20%
5 filhos	4,40%	2,90%
6 filhos	1,70%	1,50%
7 filhos	1,00%	0,40%
8 filhos ou mais	1,60%	1,00%
Não respondeu	0,10%	0,70%
(N)	1.486	2.232
Média	1,97	1,69
Desvio Padrão	1,78	1,65

Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

Gráfico 3 – Distribuição da amostra quanto à variável “quantidade de filhos”



Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

4.1.4. Nível de escolaridade

No tocante ao nível de escolaridade, destaca-se a parcela da amostra americana com estudo superior, sendo três vezes maior que a amostra brasileira com o mesmo nível de educação formal. Destaca-se, também, a parte da amostra com apenas o ensino fundamental incompleto: quase um terço da amostra brasileira, enquanto que, nos Estados Unidos, essa faixa não chega a 1% da amostra, conforme apontam a Tabela 4 e o Gráfico 4.

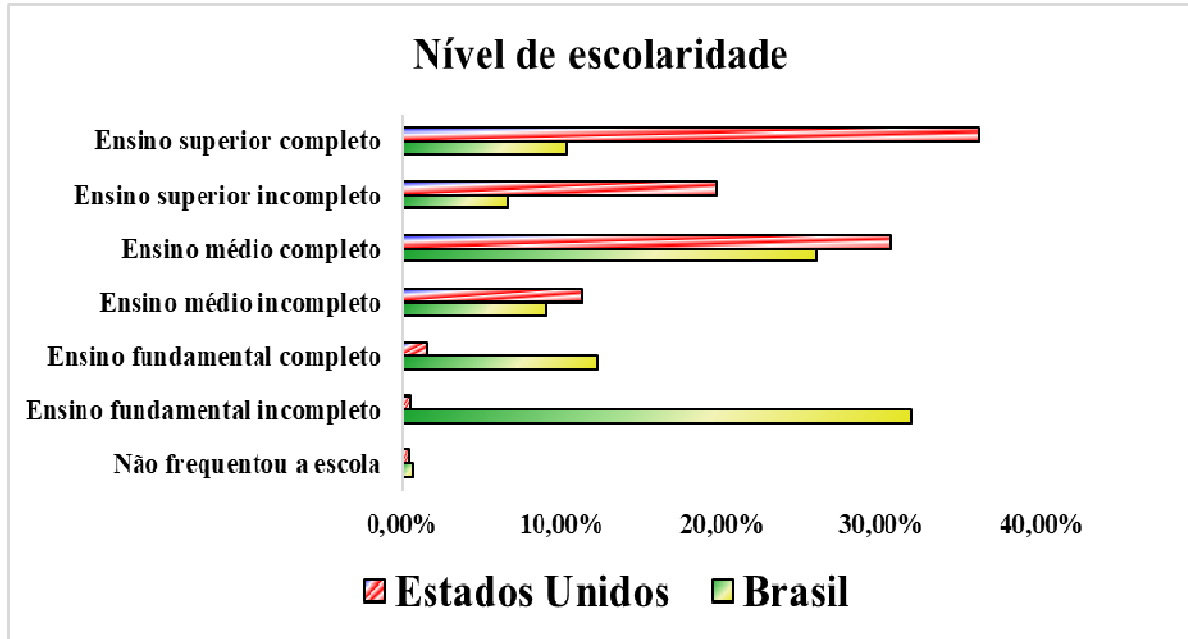
Tabela 4 – Distribuição da amostra quanto à variável “nível de escolaridade”

Resposta	PAÍS	
	Brasil	Estados Unidos
1 Não frequentou a escola	0,60%	0,40%
2 Ensino fundamental incompleto	31,90%	0,50%
3 Ensino fundamental completo	12,20%	1,50%
4 Ensino médio profissionalizante incompleto	0,80%	-
5 Ensino médio profissionalizante completo	2,20%	-
6 Ensino médio incompleto	9,00%	11,20%
7 Ensino médio completo	25,90%	30,60%
8 Ensino superior incompleto	6,60%	19,70%
9 Ensino superior completo	10,30%	36,10%
Não respondeu	0,50%	-
Não sabe	0,10%	-

(N)	1.486	2.232
Média	4,99	7,77
Desvio Padrão	2,62	1,30

Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

Gráfico 4 – Distribuição da amostra quanto à variável “nível de escolaridade”



Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

4.1.5. Renda

No geral, nos dois países, existe a tendência de a amostra se manter em faixas intermediárias da escala de renda, tendo a quinta faixa a maior incidência entre todas as outras, nos dois casos, conforme apontam a Tabela 5 e o Gráfico 5.

Tabela 5 – Distribuição da amostra quanto à variável “renda”

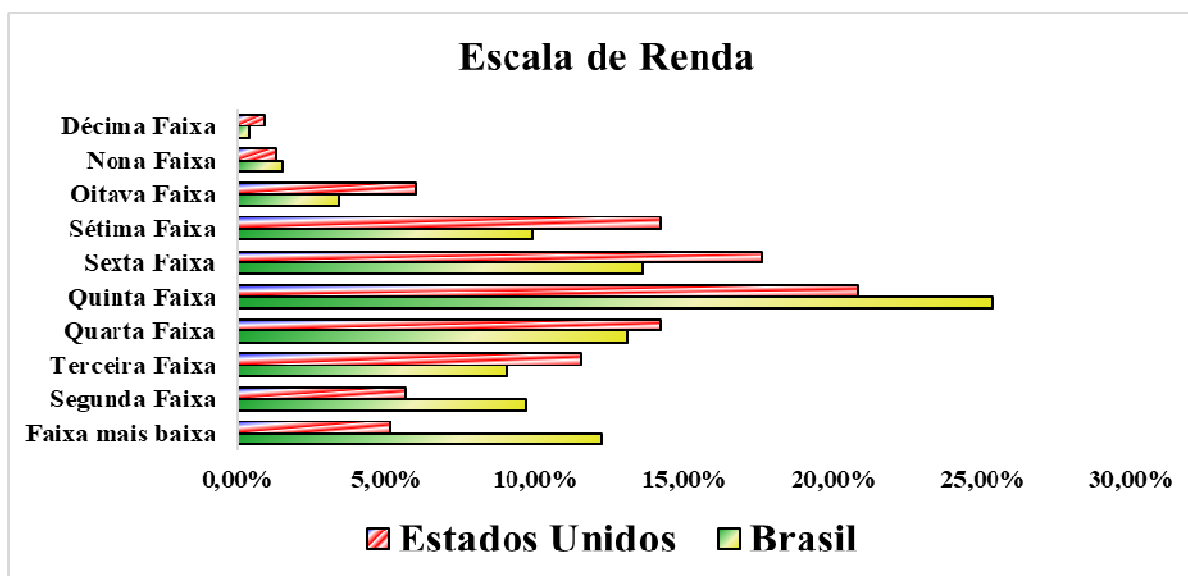
Resposta	PAÍS	
	Brasil	Estados Unidos
Faixa mais baixa	12,20%	5,10%
Segunda Faixa	9,70%	5,60%
Terceira Faixa	9,00%	11,50%
Quarta Faixa	13,10%	14,20%
Quinta Faixa	25,30%	20,80%
Sexta Faixa	13,60%	17,60%
Sétima Faixa	9,90%	14,20%
Oitava Faixa	3,40%	6,00%
Nona Faixa	1,50%	1,30%
Décima Faixa	0,40%	0,90%
Não respondeu	0,70%	2,80%

Não sabe	1,10%	-
(N)	1.486	2.232
Média	4,42	4,99
Desvio Padrão	2,06	1,93

Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

Nota: Pergunta original no questionário WVS: “Neste cartão existe uma escala de rendimentos sendo que 1 indica o grupo de rendimento mais baixo e 10 o grupo de rendimento mais alto no Brasil. Gostaríamos de saber em qual dos grupos se situa a sua renda familiar. Por favor, indique o número apropriado, contando com todos os salários, vencimentos, pensões e outros rendimentos que sua família recebe”.

Gráfico 5 – Distribuição da amostra quanto à variável “renda”



Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

4.1.6. Natureza do trabalho: manual versus intelectual

No Brasil, quase metade da amostra afirma ter um trabalho principalmente manual, enquanto que, nos Estados Unidos, as faixas apresentaram magnitudes próximas, o que evidencia que a amostra tem tarefas mais variadas entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, conforme apontam a Tabela 6 e o Gráfico 6.

Tabela 6 – Distribuição da amostra quanto à variável “natureza do trabalho: manual x intelectual”

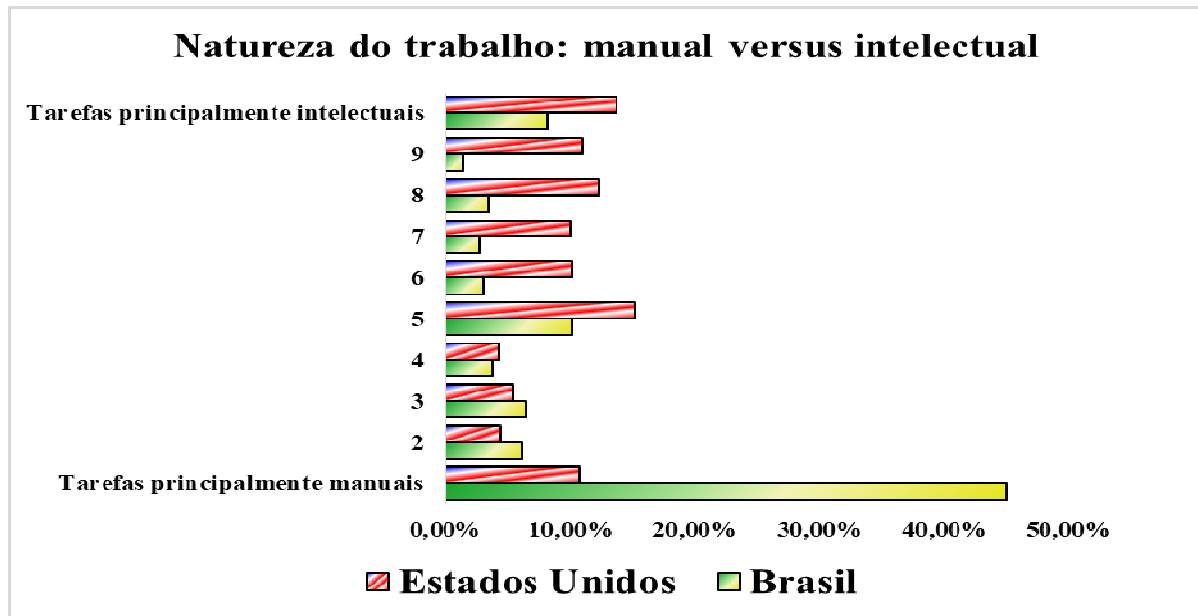
Resposta	PAÍS	
	Brasil	Estados Unidos
Tarefas principalmente manuais	45,00%	10,70%
2	6,10%	4,40%
3	6,40%	5,40%
4	3,70%	4,30%
5	10,10%	15,20%
6	3,00%	10,10%

7	2,70%	10,00%
8	3,40%	12,30%
9	1,40%	11,00%
Tarefas principalmente intelectuais	8,20%	13,70%
Não sabe	2,00%	-
Não respondeu	7,90%	2,90%
(N)	1.486	2.232
Média	3,34	6,12
Desvio Padrão	3,03	2,86

Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

Nota: Pergunta original no questionário WVS: “As tarefas que o(a) Sr(a) executa no trabalho são na maioria manuais ou intelectuais? Se não está trabalhando atualmente, considere seu principal trabalho no passado. Use essa escala em que 1 significa ‘mais tarefas manuais’ e 10 significa ‘mais tarefas intelectuais’”.

Gráfico 6 – Distribuição da amostra quanto à variável “natureza do trabalho: manual x intelectual”



Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

4.1.7. Natureza do trabalho: rotineiro versus criativo

Conforme apontam a Tabela 7 e o Gráfico 7, tarefas rotineiras representam quase metade das respostas dos brasileiros, enquanto que, nos Estados Unidos, a distribuição é mais uniforme entre as faixas, seguindo o mesmo padrão da variável anterior.

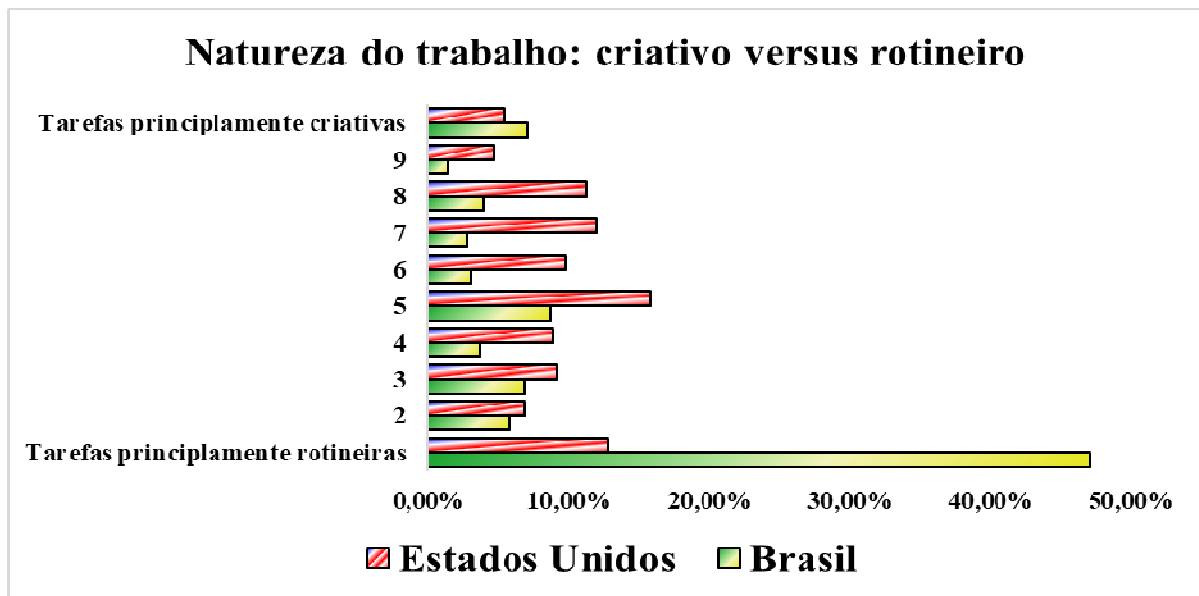
Tabela 7 – Distribuição da amostra quanto à variável “natureza do trabalho: rotineiro x criativo”

Resposta	PAÍS	
	Brasil	Estados Unidos
Tarefas principalmente rotineiras	47,00%	12,80%
2	5,80%	6,90%
3	6,90%	9,20%
4	3,70%	8,90%
5	8,70%	15,80%
6	3,00%	9,80%
7	2,80%	11,90%
8	3,90%	11,20%
9	1,40%	4,70%
Tarefas principalmente criativas	7,10%	5,40%
Não sabe	2,10%	-
Não respondeu	7,60%	3,40%
(N)	1.486	2.232
Média	3,21	5,14
Desvio Padrão	2,97	2,65

Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

Nota: Pergunta original no questionário WVS: “As tarefas que executa no trabalho são na maioria repetidas ou criativas? Se não está trabalhando atualmente, considere seu principal trabalho no passado. Use essa escala em que 1 significa ‘mais tarefas rotineiras’ e 10 significa ‘mais tarefas criativas’.

Gráfico 7 – Distribuição da amostra quanto à variável “natureza do trabalho: rotineiro x criativo”



Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

4.1.8. Independência no trabalho

No Brasil, as faixas dos extremos (sem independência alguma e completamente independente) apresentaram maior incidência, enquanto que, nos Estados Unidos, as faixas próximas ao trabalho completamente independente apresentaram os maiores tamanhos. Isso pode indicar que, nos Estados Unidos, as pessoas têm trabalhos mais independentes, enquanto que, no Brasil, o trabalho é mais balanceado, tendo as faixas intermediárias tamanhos similares. Contudo, ressalta-se que, no Brasil, ainda há a prevalência do trabalho completamente independente, conforme apontam a Tabela 8 e o Gráfico 8

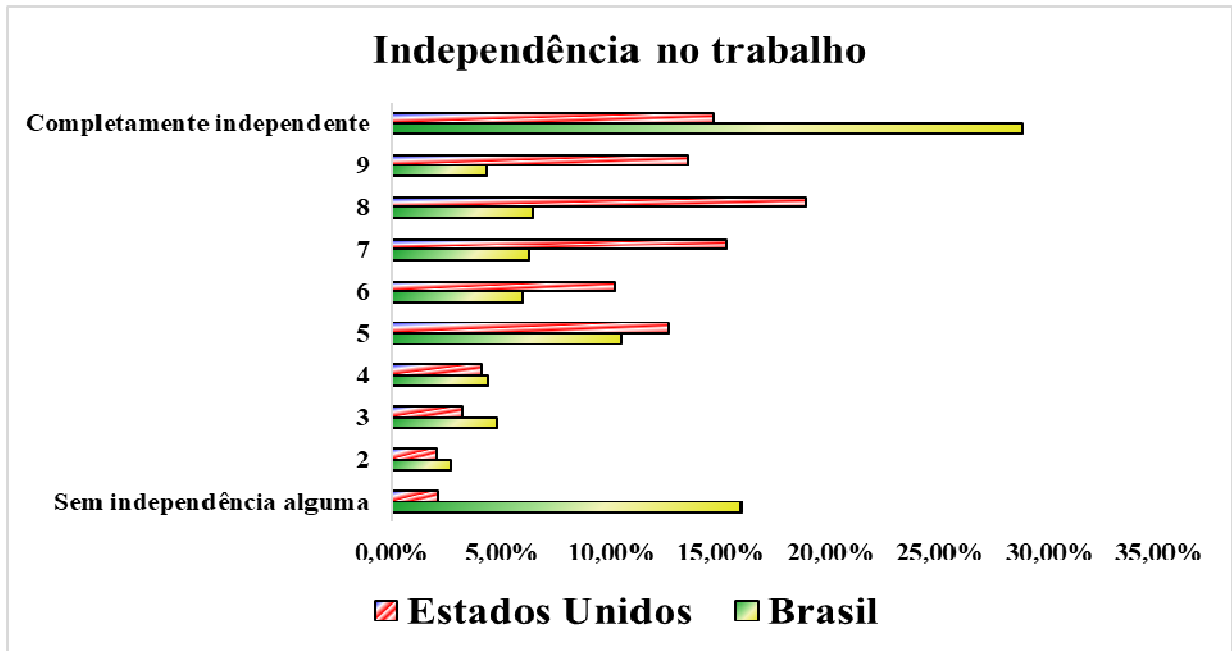
Tabela 8 – Distribuição da amostra quanto à variável “natureza do trabalho: independência”

Resposta	PAÍS	
	Brasil	Estados Unidos
Sem independência alguma	15,90%	2,10%
2	2,70%	2,00%
3	4,80%	3,20%
4	4,40%	4,10%
5	10,50%	12,60%
6	6,00%	10,20%
7	6,20%	15,30%
8	6,40%	18,90%
9	4,30%	13,50%
Completamente independente	28,80%	14,70%
Não sabe	2,50%	-
Não respondeu	7,60%	3,30%
(N)	1.486	2.232
Média	6,25	7,07
Desvio Padrão	3,4	2,23

Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020)

Nota: Pergunta original no questionário WVS: “Em que medida o(a) Sr(a) é independente nas tarefas em que executa no seu trabalho? Se não está trabalhando atualmente, considere seu principal trabalho no passado. Use essa escala para indicar seu grau de independência em que 1 significa ‘nenhuma independência’ e 10 significa ‘total independência’.

Gráfico 8 – Distribuição da amostra quanto à variável “natureza do trabalho: independência”



Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

4.1.9. Participação em organização ambiental

Nos dois casos, a grande maioria da amostra não participa de organizações ambientais. Contudo, os Estados Unidos apresentam maiores nível de participação em organizações ambientais, mesmo que, para parcela significativa da amostra (12,80%), a membresia seja inativa, conforme apontam a Tabela 9 e o Gráfico 9.

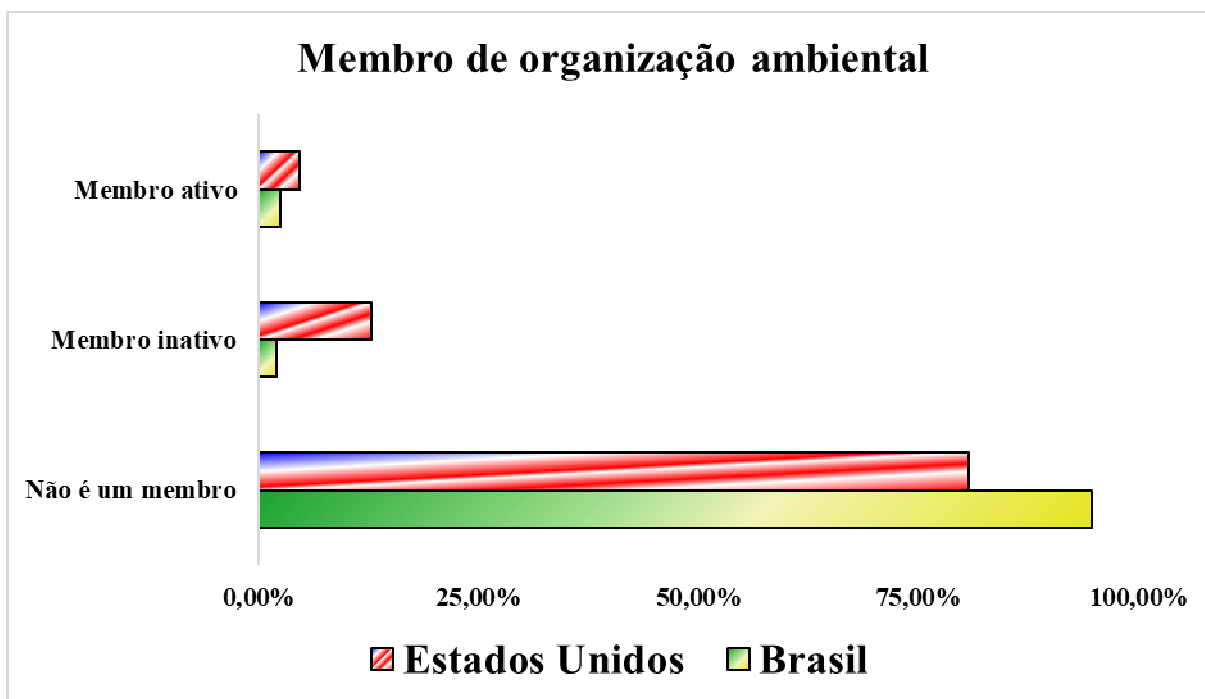
Tabela 9 – Distribuição da variável “Participação em organização ambiental”

Resposta	PAÍS	
	Brasil	Estados Unidos
0 Não é um membro	94,60%	80,70%
1 Membro inativo	2,00%	12,80%
2 Membro ativo	2,40%	4,70%
Não sabe	1,00%	-
Sem resposta	-	1,90%
(N)	1.486	2.232
Média	0,07	0,22
Desvio Padrão	0,34	0,52

Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

Nota: Pergunta original no questionário WVS: “Agora eu vou ler uma lista de organizações/associações voluntárias. Gostaria de saber se o(a) Sr(a) pertence e participa de cada uma delas, se pertence, mas não participa ou não pertence a essas organizações/associações. (leia os itens e assinale uma resposta para cada):
- Organização/associação de meio ambiente.”

Gráfico 9 – Distribuição da amostra quanto à variável “participação em organização ambiental”



Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

4.1.10. Importância dada ao meio ambiente

Neste item da pesquisa *World Values Survey* (WVS), descreveu-se ao respondente uma pessoa para a qual é importante preocupar-se com o meio ambiente. O respondente deveria indicar se a pessoa descrita é muito parecida com ele, se é parecida, se é parecida em algumas coisas, se é diferente ou se é muito diferente. Conforme apontam a Tabela 10 e o Gráfico 10, a amostra brasileira demonstrou se preocupar muito com o meio ambiente, comprovado por 77,3% dos respondentes, somando-se as duas primeiras faixas (“se parece muito comigo” e “se parece comigo”). Nos Estados Unidos, o somatório para as duas primeiras faixas foi de apenas 38,3%.

Tabela 10 – Distribuição da amostra quanto à variável “importância dada ao meio ambiente”

Resposta	PAÍS	
	Brasil	Estados Unidos
1 Muito parecido comigo	25,60%	14,30%
2 Parecido comigo	51,70%	24,00%
3 Parecido comigo em algumas coisas	12,90%	26,60%
4 Diferente de mim em algumas coisas	5,00%	22,20%
5 Diferente de mim	3,30%	7,90%
6 Muito diferente de mim	0,90%	3,10%

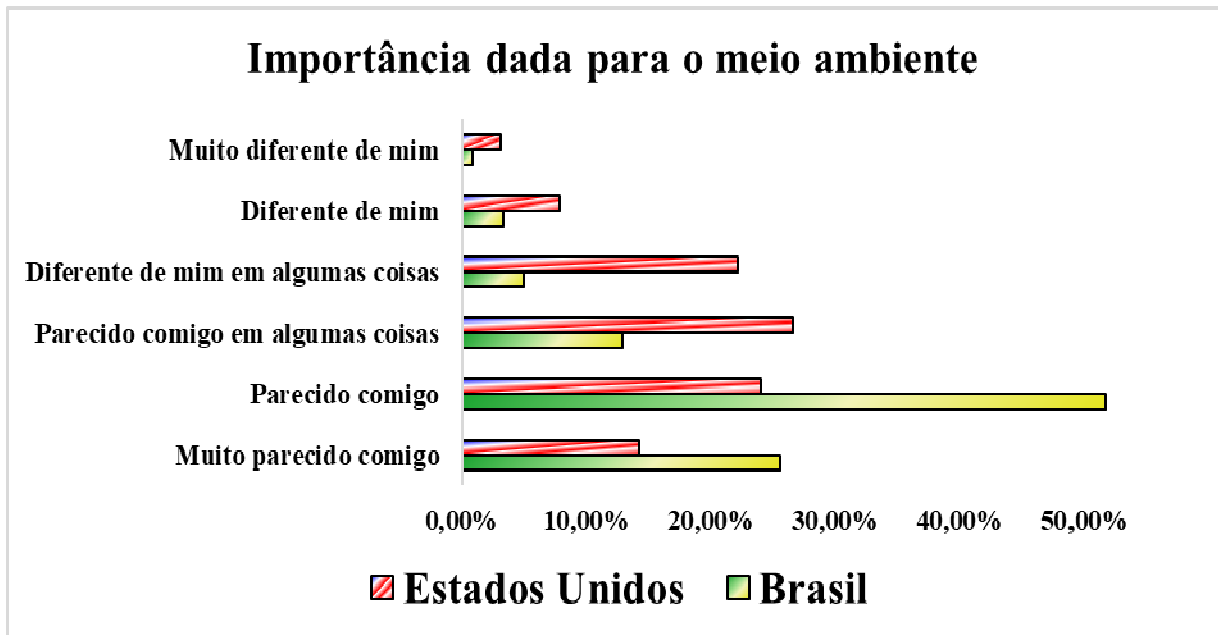
Não sabe	0,50%	-
Não respondeu	0,10%	1,90%
(N)	1.486	2.232
Média	2,11	2,95
Desvio Padrão	1,01	1,29

Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

Nota: Pergunta original no questionário WVS: “Agora irei descrever algumas pessoas. Usando este cartão indique se a descrição é muito parecida, se é parecida, se é parecida com o(a) Sr(a) em algumas coisas, se é diferente em algumas coisas, diferente ou se é muito diferente do(a) Sr(a). (assinale uma resposta para cada afirmação e leia as opções):

- Se preocupar com o meio ambiente e com a natureza é importante para essa pessoa.”

Gráfico 10 – Distribuição da amostra quanto à variável “importância dada ao meio ambiente”



Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

4.1.11. Proteção ambiental versus Crescimento econômico

Neste item da pesquisa *World Values Survey* (WVS), apresentaram-se ao respondente dois argumentos que as pessoas, em geral, usam quando discutem o meio ambiente e o crescimento econômico. O respondente foi solicitado, então, a apontar qual dos dois argumentos se aproxima mais do seu ponto de vista. Conforme demonstram a Tabela 11 e o Gráfico 11, a maioria da amostra brasileira mostrou-se adepta do primeiro argumento, segundo o qual a proteção do meio ambiente deveria ser prioritária frente ao crescimento econômico. Por outro lado, a maioria da amostra americana mostrou-se adepta do segundo argumento, segundo o qual o crescimento econômico deveria ser prioritário frente à proteção ao meio ambiente.

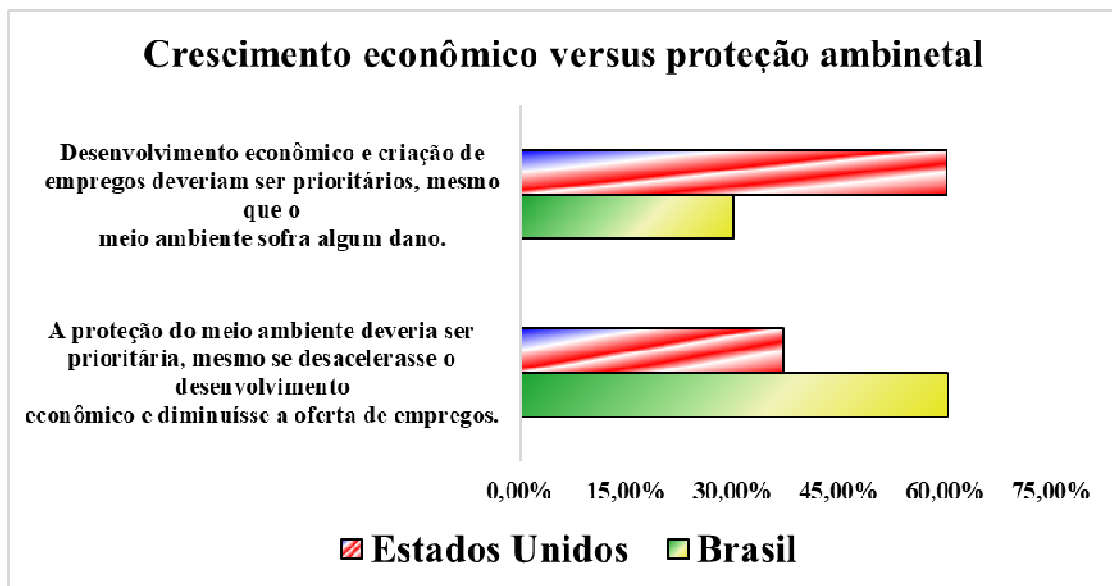
Tabela 11 – Distribuição da amostra quanto à variável “Proteção ao meio ambiente”

Resposta	PAÍS	
	Brasil	Estados Unidos
1 A proteção do meio ambiente deveria ser prioritária, mesmo se desacelerasse o desenvolvimento econômico e diminuísse a oferta de empregos.	60,30%	37,20%
2 Desenvolvimento econômico e criação de empregos deveriam ser prioritários, mesmo que o meio ambiente sofra algum dano.	30,10%	60,20%
3 Outra resposta	1,60%	-
Não sabe	5,70%	-
Não respondeu	2,30%	2,70%
(N)	1.486	2.232
Média	1,36	1,62
Desvio Padrão	0,52	0,49

Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

Nota: Pergunta original no questionário WVS: “Aqui estão dois argumentos que as pessoas usam quando discutem o meio ambiente e o crescimento econômico. Qual delas se aproxima mais do seu ponto de vista? (leia e assinale uma resposta).”

Gráfico 11 – Distribuição da amostra quanto à variável “proteção ao meio ambiente”



Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

4.1.12. Contribuição financeira a organizações ambientais

Conforme apontam a Tabela 12 e o Gráfico 12, a grande maioria da amostra de respondentes, nos dois países, não contribui financeiramente com organizações ambientais. Todavia, é interessante observar que, apesar de a maioria da amostra brasileira considerar a proteção ambiental prioritária frente ao crescimento econômico, e a maioria da amostra americana considerar este prioritário, frente àquela, os posicionamentos se invertem no

tocante à contribuição financeira, com um percentual maior de americanos contribuintes financeiros a organizações ambientais, mesmo que a grande maioria da amostra não o seja.

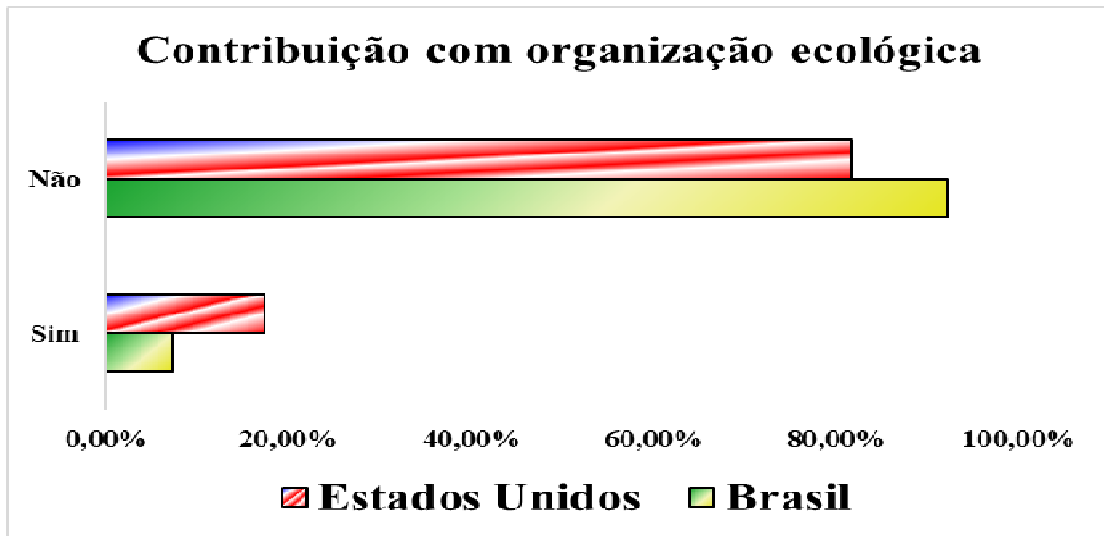
Tabela 12 – Distribuição da amostra quanto à variável “contribuição financeira a organizações ambientais”

Resposta	PAÍS	
	Brasil	Estados Unidos
1 Sim	7,20%	17,30%
2 Não	92,30%	81,60%
Não sabe	0,40%	-
Não respondeu	0,10%	1,00%
(N)	1.486	2.232
Média	1,93	1,81
Desvio Padrão	0,26	0,39

Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

Nota: Pergunta original no questionário WVS: “Durante os últimos dois anos você... Doou dinheiro para alguma organização de proteção do meio-ambiente?”

Gráfico 12 – Distribuição da amostra quanto à variável “contribuição financeira a organizações ambientais”



Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

4.1.13. Participação em manifestações em prol do meio ambiente

Por fim, a grande maioria da amostra, nos dois países, não participou de manifestações em prol da defesa do meio ambiente, conforme apontam a Tabela 13 e o Gráfico 13.

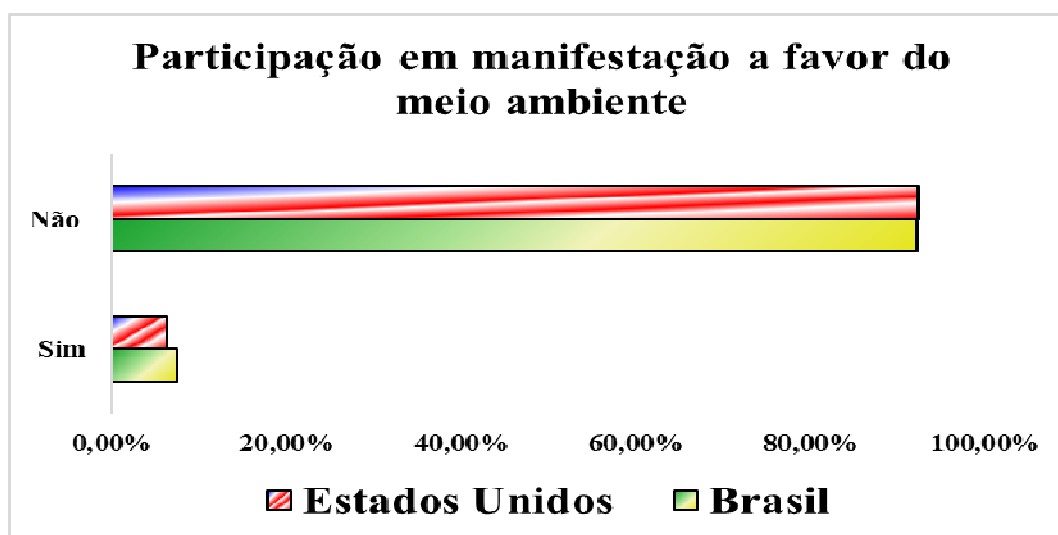
Tabela 13 – Distribuição da amostra quanto à variável “participação em manifestações ambientais”

Resposta	PAÍS	
	Brasil	Estados Unidos
1 Sim	7,40%	6,20%
2 Não	92,20%	92,40%
Não sabe	0,40%	-
Não respondeu	-	1,30%
(N)	1.486	2.232
Média	1,93	1,94
Desvio Padrão	0,26	0,23

Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

Nota: Pergunta original no questionário WVS: “Durante os últimos dois anos você... Participou de alguma manifestação em defesa do meio ambiente?”

Gráfico 13 – Distribuição da amostra quanto à variável “participação em manifestações ambientais”



Fonte: Adaptado do banco de dados WVS (2020).

4.2. Testes de Correlação entre variáveis sociodemográficas, variáveis quanto à natureza laboral e variáveis relacionadas ao comportamento ambiental

Conforme mencionado na seção de Metodologia, a verificação da não-normalidade da distribuição dos dados e de outros pressupostos de testes paramétricos indicou a necessidade de aplicação de um teste não-paramétrico para a análise da correlação entre as variáveis relacionadas ao comportamento ambiental, as variáveis sociodemográficas e as concernentes à natureza do trabalho, o objetivo principal do presente estudo. Dessa maneira, para a análise de correlação, adotou-se o coeficiente de correlação de Spearman (ρ), que se trata do teste não-paramétrico equivalente ao coeficiente de correlação de Pearson

(paramétrico). A seguir, a Tabela 14 sumariza os índices de correlação e seus respectivos níveis de significância para a amostra brasileira.

Tabela 14 – Correlações de Spearman – Brasil

		OrgAmb	CuiAmb	ProtAmb	OrgEco	ManifAmb
Idade	Coeficiente	,009	,119**	,101**	-,032	,039
	Sig.	,723	,000	,000	,223	,136
Sexo	Coeficiente	-,012	-,013	-,028	-,006	-,014
	Sig.	,642	,607	,307	,811	,597
Filhos	Coeficiente	-,033	-,045	,074**	-,003	,077**
	Sig.	,204	,083	,006	,922	,003
Escolaridade	Coeficiente	,077**	-,012	-,090**	-,080**	-,122**
	Sig.	,003	,652	,001	,002	,000
Renda	Coeficiente	,050	,046	-,033	-,043	-,017
	Sig.	,058	,079	,222	,100	,513
ManuIntelectu	Coeficiente	,079**	,000	-,015	-,073**	-,072**
	Sig.	,004	,991	,592	,008	,009
RotiCriati	Coeficiente	,073**	,002	-,027	-,079**	-,109**
	Sig.	,008	,953	,345	,004	,000
IndepTrab	Coeficiente	,046	-,100**	-,077**	-,058*	-,049
	Sig.	,099	,000	,007	,034	,077

Nota: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na amostra brasileira, a variável referente à participação em organizações ambientais apresentou correlação estatisticamente significativa com a variável sociodemográfica escolaridade ($p < 0,01$) e com as variáveis relacionadas à natureza do trabalho “manual x intelectual” ($p < 0,01$) e “rotineiro x criativo” ($p < 0,01$). Esses resultados permitem afirmar que, no Brasil, em média, quanto maior a escolaridade da pessoa, e quanto mais intelectual e criativa for a natureza de seu trabalho, maior a probabilidade de ela participar de organizações ambientais.

A variável “importância dada à proteção ao meio ambiente” apresentou correlação estatisticamente significativa com a variável sociodemográfica idade ($p < 0,001$) e com o nível de independência no trabalho ($p < 0,001$), indicando que, no Brasil, quanto maior a idade da pessoa e quanto maior o seu nível de independência no trabalho, maior será a importância dada por ela à proteção ao meio ambiente.

Concernente à variável “proteção ao meio ambiente x crescimento econômico”, a mesma apresentou correlação estatisticamente significativa com as variáveis sociodemográficas idade ($p < 0,001$), quantidade de filhos ($p < 0,01$) e escolaridade ($p < 0,001$),

bem como com o nível de independência no trabalho ($p < 0,01$). Esses resultados permitem afirmar que, no Brasil, em média, quanto menor a idade da pessoa, quanto menor a sua quantidade de filhos, quanto maior a sua escolaridade e quanto maior o seu nível de independência no trabalho, maior será a probabilidade de a mesma considerar a proteção ao meio ambiente como prioritária frente ao desenvolvimento econômico.

A variável “contribuição financeira a organizações ambientais” apresentou correlação estatisticamente significativa com a variável sociodemográfica escolaridade ($p < 0,01$) e com as variáveis relacionadas à natureza do trabalho “manual x intelectual” ($p < 0,01$), “rotineiro x criativo” ($p < 0,01$) e nível de independência no trabalho ($p < 0,05$). Esses resultados apontam que, no Brasil, em média, quanto maior a escolaridade da pessoa e quanto mais intelectual, criativa e independente for a natureza de seu trabalho, maior a probabilidade de a mesma contribuir financeiramente com organizações ambientais.

Por fim, com relação à variável “participação em manifestações ambientais”, a mesma apresentou correlação estatisticamente significativa com as variáveis sociodemográficas “quantidade de filhos” ($p < 0,01$) e escolaridade ($p < 0,001$), bem como com as variáveis relacionadas à natureza do trabalho “manual x intelectual” ($p < 0,01$) e “rotineiro x criativo” ($p < 0,001$). Esses resultados permitem afirmar que, no Brasil, em média, quanto menor a quantidade de filhos da pessoa, quanto maior sua escolaridade e quanto mais intelectual e criativa for a natureza de seu trabalho, maior será a probabilidade de ela participar de manifestações em prol do meio ambiente.

De acordo com a hipótese H-1 do estudo, esperava-se que, quanto maior a idade do indivíduo, maior seria o seu engajamento ambiental. A referida hipótese pode ser considerada rejeitada no Brasil, visto que apenas as variáveis “importância dada à proteção ao meio ambiente” e “crescimento econômico x proteção ambiental” apresentaram correlação estatisticamente significativa com a variável sociodemográfica “idade”. Além disso, tais variáveis apresentaram resultados diferentes: enquanto a relação da idade com a importância dada à proteção ao meio ambiente foi de mesmo sentido (maior idade implica maior cuidado com o meio ambiente, na amostra brasileira), a relação entre a idade e a prioridade à proteção da natureza frente ao desenvolvimento econômico foi oposta, sendo, no Brasil, os mais jovens caracterizados pela maior prioridade à proteção ambiental. Nesse sentido, como, no presente estudo o “engajamento ambiental” foi mensurado por 05 (cinco) variáveis relacionadas ao comportamento ambiental, conclui-se que, no Brasil, quanto menor a idade, maior o engajamento ambiental. Isso contraria o estudo de Melo *et al.* (2017), o qual assevera que a idade mais avançada é um indicador de maior engajamento ambiental.

Em conformidade com a hipótese H-2, esperava-se que quanto maior a quantidade de filhos do indivíduo, menor seria o seu engajamento ambiental. A referida hipótese também foi rejeitada no Brasil, visto que a variável “número de filhos” apresentou correlação estatisticamente significativa apenas com as variáveis ambientais “proteção ao meio ambiente x crescimento econômico” e “participação em manifestações ambientais”. Tal resultado também é contrário ao estudo de Melo *et al.* (2017), o qual afirma que famílias com mais filhos tendem a ter menor engajamento ambiental. Conclui-se que, no Brasil, de acordo com os resultados deste estudo, quanto menor a quantidade de filhos do indivíduo, menor o seu engajamento ambiental.

A variável Escolaridade foi a que apresentou, no Brasil, mais correlações estatisticamente significantes com as variáveis ambientais deste estudo. Os resultados demonstraram que quanto maior a escolaridade da pessoa, maior a probabilidade de ela ser membro de organização ambiental, priorizar o meio ambiente frente ao desenvolvimento econômico, doar dinheiro para organizações ambientais e participar de manifestações ecológicas. Dessa forma, a hipótese H-3, segundo a qual quanto maior o nível de escolaridade, maior o engajamento ambiental, foi confirmada para a amostra brasileira. Esse resultado específico se mostrou compatível com os resultados dos estudos de Melo *et al.* (2017), Almeida *et al.* (2015) e Jacomossi, Morano e Barrichello (2014).

A hipótese H-4 do estudo, de acordo com a qual quanto maior a renda do indivíduo, menor o seu engajamento ambiental, foi rejeitada, no Brasil, visto que a variável sociodemográfica renda não apresentou nenhuma correlação estatisticamente significante com as variáveis ambientais. Esse resultado se mostrou contrário ao estudo de Melo *et al.* (2017), o qual afirma que a renda maior implica menor engajamento ambiental, em vista de que a renda maior possibilita o aumento do consumo, e o consumismo impensado não é uma prática que ocupa o mesmo escopo da preservação ambiental.

De acordo com a hipótese H-5, quanto mais intelectual o trabalho do indivíduo, maior seria o seu engajamento ambiental. A referida hipótese foi confirmada no Brasil. Os resultados mostraram que, quanto mais intelectual for o trabalho do indivíduo, maior a chance de ele ser membro de organização ambiental, doar dinheiro a organização ecológica e participar de manifestações ambientais.

Conforme a hipótese H-6 deste estudo, quanto mais rotineiro o trabalho do indivíduo, menor seria o seu engajamento ambiental. Essa hipótese também foi confirmada no Brasil. Os resultados mostraram que quanto mais criativo o trabalho das pessoas (oposto ao trabalho rotineiro), maior a chance de as mesmas serem membros de organização ambiental,

doarem dinheiro a organização ecológica e participarem de manifestações ambientais. O trabalho rotineiro pode ser interpretado como forma de alienação, o que leva o ser humano a se afastar do resultado de seu trabalho, implicando a ruptura entre homem e meio ambiente (FRANCO, 2011). Dessa forma, os resultados encontrados corroboram o estudo citado.

Já a hipótese H-7 afirmava que quanto maior a independência do indivíduo no seu trabalho, maior seria o seu engajamento ambiental. A referida amostra também foi confirmada no Brasil. Dessa forma, os resultados mostraram que, se a pessoa tem um trabalho mais independente, a chance de ela se importar com o meio ambiente, prioriza-lo frente ao desenvolvimento econômico e doar dinheiro para organizações ecológicas, é maior. Isso corrobora o estudo de Hicklenton, Hine e Loi (2019), o qual assevera que colaboradores com mais autonomia tendem a apresentar maior engajamento ambiental.

Finalizando os resultados da amostra brasileira, a variável sociodemográfica “sexo” não apresentou correlação estatisticamente significativa com nenhuma variável ambiental deste estudo, indicando que, no Brasil, o sexo da pessoa não se correlaciona com o comportamento ambiental.

A seguir, a Tabela 15 sumariza os índices de correlação e seus respectivos níveis de significância para a amostra americana.

Tabela 15 – Correlações de Spearman – Estados Unidos

		OrgAmb	CuiAmb	ProtAmb	OrgEco	ManifAmb
Idade	Coeficiente	,053*	-,015	,120**	-,084**	,119**
	Sig.	,013	,471	,000	,000	,000
Sexo	Coeficiente	,010	-,072**	-,004	-,031	-,016
	Sig.	,632	,001	,856	,140	,451
Filhos	Coeficiente	-,011	,017	,080**	,006	,012
	Sig.	,609	,427	,000	,764	,584
Escolaridade	Coeficiente	,051*	-,025	-,091**	-,143**	,003
	Sig.	,017	,248	,000	,000	,876
Renda	Coeficiente	,056**	-,015	-,009	-,143**	-,014
	Sig.	,009	,493	,681	,000	,529
ManuIntellectu	Coeficiente	,106**	-,070**	-,056*	-,152**	-,034
	Sig.	,000	,001	,010	,000	,112
RotiCriati	Coeficiente	,137**	-,074**	-,055*	-,155**	-,077**
	Sig.	,000	,001	,012	,000	,000
IndepTrab	Coeficiente	,042	-,058**	,028	-,057**	,008
	Sig.	,053	,007	,202	,008	,703

Nota: *p<0,05; **p<0,01

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Na amostra americana, a variável referente à participação em organizações ambientais apresentou correlação estatisticamente significativa com as variáveis sociodemográficas idade ($p < 0,05$), escolaridade ($p < 0,05$) e renda ($p < 0,01$) e com as variáveis relacionadas à natureza do trabalho “manual x intelectual” ($p < 0,001$) e “rotineiro x criativo” ($p < 0,001$). Esses resultados permitem afirmar que, nos Estados Unidos, em média, quanto maiores a idade, a escolaridade e a renda da pessoa, e quanto mais intelectual e criativa a natureza de seu trabalho, maior a probabilidade de ela participar de organizações ambientais.

A variável “importância dada à proteção ao meio ambiente” apresentou correlação estatisticamente significativa com a variável sociodemográfica sexo ($p < 0,001$) e com as variáveis relacionadas à natureza do trabalho “manual x intelectual” ($p < 0,001$), “rotineiro x criativo” ($p < 0,001$) e nível de independência no trabalho ($p < 0,01$), indicando que, nos Estados Unidos, se a pessoa é do sexo feminino e quanto mais intelectual, criativa e independente for a natureza de seu trabalho, maior será a importância dada por ela à proteção ao meio ambiente.

Concernente à variável “proteção ao meio ambiente x crescimento econômico”, a mesma apresentou correlação estatisticamente significativa com as variáveis sociodemográficas idade ($p < 0,001$), quantidade de filhos ($p < 0,001$) e escolaridade ($p < 0,001$), bem como com as variáveis relacionadas à natureza do trabalho “manual x intelectual” ($p < 0,01$) e “rotineiro x criativo” ($p < 0,05$). Esses resultados permitem afirmar que, nos Estados Unidos, em média, quanto menor a idade e menor a quantidade de filhos da pessoa, quanto maior a sua escolaridade e quanto mais intelectual e criativa for a natureza de seu trabalho, maior será a probabilidade de a mesma considerar a proteção ao meio ambiente como prioritária frente ao desenvolvimento econômico.

A variável “contribuição financeira a organizações ambientais” apresentou correlação estatisticamente significativa com as variáveis sociodemográficas idade ($p < 0,001$), escolaridade ($p < 0,001$) e renda ($p < 0,001$), bem como com as variáveis relacionadas à natureza do trabalho “manual x intelectual” ($p < 0,001$), “rotineiro x criativo” ($p < 0,001$) e nível de independência no trabalho ($p < 0,01$). Esses resultados apontam que, nos Estados Unidos, em média, quanto maiores forem a idade, a escolaridade e a renda da pessoa, e quanto mais intelectual, criativa e independente for a natureza de seu trabalho, maior a probabilidade de a mesma contribuir financeiramente com organizações ambientais.

Por fim, com relação à variável “participação em manifestações ambientais”, a mesma apresentou correlação estatisticamente significativa com a variável sociodemográfica idade ($p < 0,001$) e com a variável relacionada à natureza do trabalho “rotineiro x criativo”

($p < 0,001$). Esses resultados permitem afirmar que, nos Estados Unidos, em média, quanto menor a idade da pessoa e quanto mais criativa a natureza de seu trabalho, maior será a probabilidade de ela participar de manifestações em prol do meio ambiente.

Nos Estados Unidos, a variável sociodemográfica idade apresentou correlação estatisticamente significativa com quatro variáveis ambientais, mas nem todas de mesmo sentido. Diante disso, tem-se os seguintes resultados: quanto maior a idade da pessoa, maior a chance de ela ser membro de organização ambiental e doar dinheiro a organizações ambientais, e quanto menor a idade, maior será a probabilidade de a mesma considerar a proteção ao meio ambiente como prioritária frente ao desenvolvimento econômico e maior a chance de a pessoa participar de manifestações ambientais. Ou seja, enquanto os mais velhos tendem a participar mais de organizações ambientais e doar dinheiro às mesmas, os mais jovens tendem a participar mais de manifestações ambientais e considerar a proteção ao meio ambiente prioritária. Diante desses resultados, a hipótese H-1, de acordo com a qual esperava-se que, quanto maior a idade do indivíduo, maior seria o seu engajamento ambiental, foi rejeitada nos Estados Unidos, uma vez que este estudo considera o engajamento ambiental em cinco variáveis, e a idade mais avançada se confirmou em apenas duas na amostra americana.

A variável “quantidade de filhos” apresentou correlação estatisticamente significativa apenas com a variável ambiental “proteção ao meio ambiente x crescimento econômico”. Dessa forma, a hipótese H-2, segundo a qual esperava-se que quanto maior a quantidade de filhos do indivíduo, menor seria o seu engajamento ambiental, foi rejeitada nos Estados Unidos. Os resultados da presente pesquisa permitem afirmar que, quanto menor a quantidade de filhos do indivíduo, menor o seu engajamento ambiental. Segundo Melo *et al.* (2017), o número de filhos menor tende a levar as pessoas a maior engajamento ambiental, o que não se confirmou no presente estudo, para o qual, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, a quantidade de filhos não se mostrou relevante no comportamento ambiental das pessoas.

A hipótese H-3, assim como ocorreu no Brasil, confirmou-se nos Estados Unidos. Em conformidade com essa hipótese, esperava-se que quanto maior o nível de escolaridade do indivíduo, maior o seria o seu engajamento ambiental. Os resultados do presente estudo mostraram que, quanto maior a escolaridade, maior a chance de o indivíduo ser membro de organização ambiental, priorizar o meio ambiente e doar dinheiro para organizações ecológicas. Dessa forma, o nível mais alto de escolaridade tende a levar ao engajamento ambiental nos dois países estudados, corroborando os estudos de Melo *et al.* (2017), Almeida *et al.* (2015) e Jacomossi, Morano e Barrichello (2014).

No tocante à variável sociodemográfica “renda”, a mesma apresentou apenas duas correlações estatisticamente significantes com variáveis ambientais na amostra americana. Isso aponta que a hipótese H-4 pode ser considerada rejeitada. Sendo assim, conclui-se que a renda menor aumenta a probabilidade de a pessoa ter menor engajamento ambiental nos Estados Unidos.

Com relação às variáveis de natureza do trabalho, assim como no Brasil, a hipótese H-5 foi confirmada. Para essa hipótese, esperava-se que quanto mais intelectual o trabalho do indivíduo, maior seria o seu engajamento ambiental. Os resultados mostraram que, quanto mais intelectual for o trabalho da pessoa, nos Estados Unidos, maior a probabilidade de participação em organizações ambientais, cuidado com o meio ambiente e priorização do mesmo frente ao crescimento econômico, além da doação de dinheiro a organizações ecológicas.

Os resultados também mostraram que a variável relacionada à natureza do trabalho “criativo x rotineiro” das pessoas apresentou correlação estatisticamente significativa com todas as cinco variáveis ambientais do presente estudo. Assim sendo, a hipótese H-6, de acordo com a qual quanto mais rotineiro o trabalho do indivíduo, menor seria o seu engajamento ambiental, também se confirmou nos Estados Unidos. Conclui-se que, nos dois países estudados, a alienação do trabalho exerce influência no engajamento ambiental das pessoas, como afirma Franco (2011).

Havendo correlação estatisticamente significativa apenas com as variáveis ambientais “importância dada ao meio ambiente” e “contribuição financeira a organizações ecológicas”, os resultados indicam que, nos Estados Unidos, quanto maior a independência no trabalho, menor será o engajamento ambiental das pessoas. Dessa forma, a hipótese H-7, segundo a qual esperava-se que quanto maior a independência do indivíduo no seu trabalho, maior seria o seu engajamento ambiental, pode ser considerada rejeitada no presente estudo.

Por fim, a variável sexo apresentou correlação estatisticamente significativa apenas com a variável ambiental “importância dada à proteção ao meio ambiente”. Esse resultado demonstra que as mulheres americanas se importam mais com a proteção do meio ambiente que os homens americanos. Contudo, para todas as outras variáveis ambientais, não houve correlação estatisticamente significativa, o que leva à interpretação de que o sexo não se correlaciona de forma relevante com o comportamento ambiental das pessoas, nos dois países estudados na presente pesquisa.

As variáveis sociodemográficas são importantes na investigação do nível de engajamento ambiental de indivíduos e de um povo, nação ou país, mas não podem ser

estudadas isoladas da realidade sociocultural de cada contexto, e, tampouco, serem consideradas indicadores absolutos de tal nível de engajamento. É necessário, portanto, que, ao se investigarem, em estudos futuros, quais variáveis têm maior poder explicativo do engajamento ambiental, os indicadores sociodemográficos sejam considerados com cautela. Em conclusão similar, Pisano e Hidalgo (2014) afirmam que as bases sociais variam de país para país e devem, portanto, ser analisadas, levando-se em consideração os fatores que podem influenciar o comportamento das pessoas, como valores, crenças, além de outros indicadores sociais, como, por exemplo, nível de desenvolvimento e, até mesmo, fatores psicológicos das pessoas.

A escolaridade, como visto nesta pesquisa, demonstrou ser importante nos dois países investigados, sendo a hipótese H-2 confirmada tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos. Outros estudos também verificaram que, dentre fatores sociodemográficos, a escolaridade se sobressai como indicador que, recorrentemente, apresenta relação positiva com o engajamento ambiental (MEYER, 2015; SANTOS *et al.*, 2016; DEGASPERI; BONOTTO, 2017; PISANO; HIDALGO, 2014).

De forma consoante, a escolaridade foi a variável sociodemográfica que demonstrou, no presente estudo, maior associação com as variáveis ambientais. Esse resultado, embora esperado, reforça que o nível de educação formal alcançado pelas pessoas é um indicador de engajamento ambiental, haja vista que o maior nível escolar está associado, dentre outros fatores, à percepção mais desenvolvida do contexto coletivo e social. Além disso, o tema da sustentabilidade merece ser tratado de forma mais frequente e intensa no âmbito das instituições de ensino, visto relacionar-se à adesão de comportamentos mais ecológicos.

As instituições de ensino desempenham atividades valiosas na construção da consciência coletiva, e, dentro desse processo, as questões ambientais, que tanto ganharam espaço na vida cotidiana nos últimos anos, também passaram a ser tema de discussão, tanto nos níveis básicos de educação, quanto nos níveis mais altos (SANTOS *et al.*, 2016; DEGASPERI; BONOTTO, 2017). Além disso, o maior nível de escolaridade relaciona-se ao comportamento pró-ecológico, visto que a escolaridade aumenta a percepção e sensibilidade das pessoas para o bem-estar coletivo e também eleva a noção de que os problemas ambientais têm impactos negativos na vida cotidiana das pessoas, conforme assevera estudo de Meyer (2015). Por conseguinte, a escolaridade é a variável sociodemográfica que mais se correlaciona com o engajamento ambiental, obtendo resultados de mesmo sentido em relação

às variáveis ambientais, ou seja, quando aumenta-se o nível de escolaridade, o engajamento ambiental também tende a aumentar.

Os resultados também mostraram que, no Brasil e nos Estados Unidos, a idade mais avançada não é um fator que apresenta relação direta com o comportamento pró-ecológico, ou seja, não é possível afirmar que as pessoas mais velhas têm maior preocupação ambiental. Neste estudo, o comportamento ambiental foi avaliado de acordo com cinco variáveis e a idade apenas correlacionou-se com algumas dessas variáveis, por vezes de sentido contrário, ou seja, a idade menor correlacionando-se significativamente com um maior engajamento ambiental. Isso indica que os mais jovens podem se preocupar com algumas atitudes pró-ecológicas e os mais velhos com outras atitudes. É importante refletir que o comportamento ecológico pode se manifestar de diferentes maneiras e, como exemplificou a presente pesquisa, os mais jovens se preocupam mais em participar de manifestações ecológicas e, na decisão do *trade-off* crescimento econômico x proteção ambiental, eles priorizam a segunda opção. Já os mais velhos doam dinheiro e se tornam membros de organizações ambientais em maior intensidade que os mais jovens. Assim, a idade pode relacionar-se a determinados padrões de comportamento ambiental e, para pesquisas futuras, é interessante discutir essa variável mais profundamente, incluindo-se outras ações ou variáveis relacionadas ao meio ambiente e, adicionalmente, como as faixas etárias podem influenciar esses padrões de comportamento.

A literatura aponta que características geracionais também influenciam as ações e atitudes das pessoas (FAVIERO; RAUPP, 2020). Os mais velhos, normalmente, demonstram preocupações com o coletivo, afirmando se preocupar, por exemplo, com o meio ambiente e buscam diminuir o impacto que causam, individualmente, no meio ambiente. Os mais jovens, no entanto, tendem a ser mais individualistas e inconformados com questões ambientais, participando de manifestações ecológicas e buscando exercer influência por meio do consumo, pressionando empresas que não respeitam o meio ambiente, por meio do boicote de seus produtos e serviços e consumindo mais produtos daquelas empresas com propaganda e viés ambiental em suas culturas. Por fim, no que diz respeito ao comportamento pró-ecológico, Faviero e Raupp (2020) sugerem que os mais velhos são mais abertos a mudarem atitudes em relação aos mais jovens, que, por sua vez, tendem a mudar algum traço comportamental se houver recompensa nesse processo.

A variável renda apresentou comportamento diferente no Brasil e nos Estados Unidos, no entanto, a hipótese H-4 foi rejeitada em ambos países. Faz parte das discussões sobre comportamento ambiental o quanto o nível de renda e o nível de desigualdade social

exercem influência sobre a degradação ambiental nas sociedades (BERTHE; ELIE, 2015; WILKINSON; PICKETT, 2010; ARRAES; DINIZ; DINIZ, 2006; ÁVILA; DINIZ, 2015; SERRANO; LOUREIRO; NOGUEIRA, 2014). Na esteira do debate sobre a influência da renda na degradação ambiental, existem correntes teóricas que afirmam que a condição de pobreza de países em desenvolvimento é determinante na falta de estrutura para preservar o meio ambiente. No entanto, existem outras correntes que afirmam que, à medida que o desenvolvimento econômico avança, e, conseqüentemente, o nível de renda da população aumenta, a degradação ambiental também avança, sendo necessário passar pela exploração ambiental para alcançar níveis superiores de desenvolvimento.

Nesse sentido, foge do escopo do presente estudo investigar, a fundo, a influência de cada variável demográfica no comportamento ambiental ou a construção de um modelo explicativo do engajamento ambiental, restringindo o objetivo geral desta pesquisa a identificar as correlações existentes, sem o compromisso de estabelecer relações causais. Porém, é necessário ponderar sobre como a renda relaciona-se nos dois países estudados. No Brasil, o nível de renda não apresentou nenhuma correlação estatisticamente significativa com as variáveis ambientais estudadas. Esse resultado, na presente pesquisa, não reflete os achados do estudo de Rodrigues *et al.* (2015), o qual revela que níveis de pobreza extrema no Brasil tencionam para a degradação ambiental, uma vez que não há infraestrutura socioambiental para as populações inseridas no contexto de pobreza. Nesse sentido, à medida que o nível de renda aumenta, a situação se inverte e a degradação ambiental passa a ser causada pela busca do desenvolvimento econômico, perpassando pela exploração ambiental em busca de níveis mais altos de desenvolvimento. Por fim, acredita-se que o nível de renda maior proporcionado pelo maior desenvolvimento econômico já estabelecido, passa a mitigar os efeitos da devastação ambiental causada anteriormente. Já nos Estados Unidos, a desigualdade de renda indica ter maior correlação com o comportamento ambiental das pessoas, comparada com o nível de renda em si (BAEK; GWEISAH, 2013).

Já as variáveis relacionadas à natureza do trabalho demonstraram se correlacionar com o comportamento ambiental nos dois países estudados. Esses resultados indicam que o tipo de trabalho exercido pelas pessoas correlaciona-se à adoção ou não adoção de padrões de comportamento mais ou menos sustentáveis. Nesse sentido, quem exerce trabalho de natureza mais intelectual e mais criativa tende a ter maior engajamento ambiental. Além disso, no Brasil, a independência no trabalho também correlaciona-se ao aumento do engajamento ambiental das pessoas, o que é corroborado pelo estudo de Hicklenton, Hine e Loi (2019).

O estudo de Franco (2011) corrobora os resultados encontrados na presente pesquisa, uma vez que a ocorrência de correlação entre o tipo de atividade executada no trabalho e o engajamento ambiental é, de certa forma, indicativo da relação existente entre o trabalho alienado e a forma como ele conduz o ser humano a uma ruptura com o meio ambiente, além de outras dimensões sociais. Somado a isso, as organizações detêm influência o suficiente para tornarem os colaboradores mais ambientalmente conscientes, redesenhando a estrutura organizacional para demonstrar o compromisso dela com temas ambientais, que, cada vez mais, mostram-se determinantes para o alcance ou manutenção de posições de destaque nos mercados globalizados, o que também é corroborado por Suganthi (2019) e Paillé e Boiral (2013).

Por fim, outra associação que pode ser feita, a princípio, é a relação entre escolaridade e o trabalho manual x intelectual, bem como com o trabalho criativo x rotineiro. Historicamente, o nível maior de escolaridade tende a levar as pessoas a exercerem atividades mais intelectuais e criativas (NASCIMENTO; BEZERRA, 2015). Com isso, é possível que as pessoas que exercem tais atividades tenham maior engajamento ambiental, porque o alto nível de escolaridade é uma característica de pessoas que exercem esse tipo de trabalho, bem como característica do engajamento ambiental, como visto anteriormente.

Analisando os resultados das amostras brasileira e americana, apesar de haver diferenças entre as variáveis sociodemográficas e as variáveis relacionadas à natureza do trabalho que apresentaram correlações estatisticamente significantes com as variáveis de comportamento ambiental, comparando-se as duas amostras, é importante mencionar que, dentre as correlações comuns, não houve nenhuma de sinais opostos, ou seja, situações em que a correlação foi positiva em uma amostra e negativa em outra e vice-versa.

Conforme orientações de Cohen (1992 *apud* FIELD, 2001), coeficientes de correlação de tamanho em torno de 0,1 são indicativos de efeito pequeno (nesse caso, o efeito explica 1% da variância total); coeficientes em torno de 0,3 são indicativos de efeito médio (nesse caso, o efeito é responsável por 9% da variância total), e coeficientes em torno de 0,5 são indicativos de efeito grande (nesse caso, o efeito é responsável por 25% da variância total). Baseando-se nessas referências e analisando a magnitude dos coeficientes de correlação da amostra brasileira, destacaram-se a correlação entre idade e importância dada ao meio ambiente (efeito pequeno: 0,119), entre independência no trabalho e importância dada ao meio ambiente (efeito pequeno: 0,100), entre idade e a priorização do meio ambiente frente ao desenvolvimento econômico (efeito pequeno: 0,101), entre escolaridade e participação em manifestações ambientais (efeito pequeno: 0,122) e entre a natureza rotineira x criativa e a

participação em manifestações ambientais (efeito pequeno: 0,109). As referidas correlações, apesar de apontarem para um efeito pequeno, foram as de maior magnitude dentre as analisadas no presente estudo, isto é, aquelas com maior poder de explicação da variabilidade da respectiva variável de comportamento ambiental. As demais correlações apresentaram efeitos desprezíveis (abaixo de 0,1).

Nos Estados Unidos, destacaram-se as correlações entre a natureza manual x intelectual do trabalho e a participação em organizações ambientais (efeito pequeno: 0,106), entre a natureza rotineira x criativa do trabalho e a participação em organizações ambientais (efeito pequeno: 0,137), entre a idade e a prioridade dada ao meio ambiente frente ao desenvolvimento econômico (efeito pequeno: 0,120), entre escolaridade e contribuição financeira com organizações ambientais (efeito pequeno: 0,143), entre renda e contribuição financeira com organizações ambientais (efeito pequeno: 0,143), entre a natureza manual x intelectual do trabalho e contribuição financeira com organizações ambientais (efeito pequeno: 0,152), entre a natureza rotineira x criativa do trabalho e contribuição financeira com organizações ambientais (efeito pequeno: 0,155) e, por fim, entre a idade e a participação em manifestações em prol do meio ambiente (efeito pequeno: 0,119). De maneira similar, as referidas correlações, apesar de apontarem para um efeito pequeno, foram as de maior magnitude dentre as analisadas no presente estudo, isto é, aquelas com maior poder de explicação da variabilidade da respectiva variável de comportamento ambiental. As demais correlações apresentaram efeitos desprezíveis (abaixo de 0,1).

Na amostra brasileira, a correlação de maior magnitude foi entre a escolaridade e a participação em manifestações em prol do meio ambiente (0,122). Tomando como base esse valor de tamanho de efeito e calculando-se o coeficiente de determinação (ρ^2), conclui-se que, no Brasil, a participação em manifestações ambientais pode ser explicada por, aproximadamente, 1,5% da variabilidade do nível de escolaridade. Portanto, em futuros estudos de causalidade (ex.: regressões e modelagem de equações estruturais), a variável sociodemográfica escolaridade talvez seja uma variável que valha a pena ser incluída no modelo de explicação da variável participação em manifestações ambientais. Já na amostra americana, a correlação de maior magnitude foi entre a natureza rotineira x criativa do trabalho e a contribuição financeira com organizações ambientais (0,155). Tomando como base esse valor de tamanho de efeito e calculando-se o coeficiente de determinação (ρ^2), conclui-se que, nos Estados Unidos, a contribuição financeira com organizações ambientais pode ser explicada por, aproximadamente, 2,4% da variabilidade da natureza do trabalho “rotineiro x criativo”. Portanto, em futuros estudos de causalidade, a variável relacionada à

natureza do trabalho “rotineiro x criativo” talvez seja uma variável que valha a pena ser incluída no modelo de explicação da variável contribuição financeira com organizações ambientais.

4.3. Comparação de médias entre o Brasil e os Estados Unidos para as variáveis relacionadas ao comportamento ambiental

Para a comparação de médias entre o Brasil e os Estados Unidos, no tocante às variáveis relacionadas ao comportamento ambiental, dois pressupostos do teste t Student (teste paramétrico) foram violados: a normalidade, pelos testes de Kolmogorov-Smirnov e de Shapiro-Wilk, e a homogeneidade de variância, pelo teste de Levene. Sendo assim, haja vista que os dados da presente pesquisa apresentam uma distribuição não-normal, bem como não-homogeneidade de variância, adotou-se o teste não-paramétrico de Mann-Whitney para a comparação de médias entre o Brasil e os Estados Unidos. Os resultados são apresentados na Tabela 16.

Tabela 16: Teste de comparação de médias entre o Brasil e os Estados Unidos

Variável	Sig
Participação em organização ambiental	0,000**
Importância dada ao meio ambiente	0,000**
Proteção ao meio ambiente	0,000**
Contribuição financeira a organizações ambientais	0,000**
Participação em manifestações ambientais	0,042*

Nota: *p<0,05; **p<0,001

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme aponta a Tabela 16, detectou-se diferença estatisticamente significativa entre a média da amostra brasileira e a média da amostra americana para as cinco variáveis relacionadas ao comportamento ambiental. Em conformidade com a Hipótese 8 (H-8) do presente estudo, esperava-se que o brasileiro apresentasse, no geral, maior engajamento ambiental que o americano, haja vista que o alto nível de individualismo e de masculinidade e o baixo nível de orientação a longo prazo dos americanos pudessem estar relacionados a uma menor preocupação ambiental.

Sendo assim, a Hipótese 8 (H-8) confirmou-se para três das cinco variáveis relacionadas ao comportamento ambiental, a saber: prioridade dada à proteção ambiental frente ao crescimento econômico, importância dada ao meio ambiente e a participação em manifestações pró-ecológicas. Dessa maneira, a Hipótese 8 (H-8) pode ser considerada aceita

no presente estudo, uma vez que o brasileiro apresenta maior engajamento ambiental que o americano, para três das cinco variáveis analisadas.

A referida hipótese encontra respaldo em diversos estudos sobre a temática, tais como o levantamento da *GlobeScan*, consultoria que planeja e executa pesquisas globais que visam ao norteamento de ações por parte de empresas, organizações governamentais e não governamentais – ONG's, e o Instituto Akatu, ONG brasileira que busca o consumo consciente e o desenvolvimento sustentável. Ademais, a pesquisa Vida Saudável e Sustentável (2019), que teve como objetivo identificar *insights* nos padrões de comportamento dos consumidores no mundo, mostrou que a população brasileira, de forma geral, tem o desejo de reduzir muito o impacto ambiental. Além disso, essa pesquisa evidenciou que a população brasileira se preocupa mais que a população americana, em questões tais como: ter um estilo de vida saudável e sustentável, problemas ambientais e poluição, gravidade dos resíduos plásticos e gravidade das mudanças climáticas.

Além disso, os resultados se mostraram compatíveis com as dimensões culturais propostas por Hofstede (2011) quanto ao engajamento ambiental. Os altos índices americanos nas dimensões culturais de individualismo e de masculinidade podem estar associados a valores egocêntricos, os quais podem refletir em baixa preocupação ambiental, assim como a baixa preocupação com o futuro longínquo. Isso ocorre porque tais valores estão baseados na visão de mundo centrada no “eu”. O egoísmo, a satisfação de interesse próprio e a busca pela realização de desejos individuais imediatos são exemplos de valores de culturas com pouco engajamento ambiental, segundo Beck e Pereira (2012).

Outro ponto interessante de discussão diz respeito a como o ser humano interpreta a natureza. Tal interpretação se dá por meio dos motivos que levam à tomada de decisão relacionada ao meio ambiente. Segundo Thompson e Barton (1994), os motivos ecocêntricos e antropocêntricos buscam preservar a natureza, mas divergem quanto à interpretação. Enquanto os ecocêntricos desejam preservar a natureza pelo seu valor intrínseco e transcendental, os antropocêntricos conservam o meio ambiente pelo valor que ele proporciona à manutenção da qualidade de vida humana. Existe, ainda, a apatia, que leva à negação dos problemas ambientais e à convicção de que a natureza se regula de forma independente. Trazendo esses conceitos para a discussão dos resultados, tem-se uma aproximação da orientação de curto prazo e da alta masculinidade, presentes na amostra americana, com os valores antropocêntricos. A sociedade americana é caracterizada pela busca de assertividade nas decisões e do alcance de conquistas individuais, pela necessidade de satisfação de necessidades emergenciais e pelo cumprimento de metas curtas. Isso pode ser

interpretado como valores voltados para a busca da qualidade de vida, característica do antropocentrismo ambiental, o que é corroborado pelo estudo de Pinheiro *et al.* (2011).

Já a cultura brasileira é caracterizada por valores que se aproximam de uma visão de mundo coletivista. Isso implica levar em consideração o entorno social no momento de tomadas de decisão. Sendo assim, a coletividade contrapõe-se ao individualismo e, naturalmente, influencia o engajamento ambiental. É imperativo notar que o comportamento pró-ecológico está intimamente ligado à coletividade social, visto que é muito difícil que ações ambientais tenham efeito prático com práticas esporádicas de algumas pessoas.

Por fim, existe, no Brasil, alto nível de aversão à incerteza, sendo necessário maior regramento e burocracia para construir, na sociedade, a sensação de segurança e estabilidade. Somado a isso, os problemas ambientais costumam se manifestar no longo prazo, o que pode levar a cultura brasileira a adotar novas práticas de comportamento ambiental, visando à diminuição da sensação de medo que a discussão ambiental pode gerar. Nesse sentido, o pessimismo acerca do nível de bem-estar que as pessoas podem ter no futuro, relaciona-se à forma como elas agem no presente, como sugerido por Kaida e Kaida (2016). Especialmente em questões ambientais, a visão de que o futuro pode ser comprometido por atitudes inconsequentes no presente leva as pessoas a adotarem ações pró-ecológicas. Portanto, além da cultura coletivista, a aversão a incertezas pode ser indicadora de maior preocupação com o meio ambiente no Brasil e, nos Estados Unidos, a sua sociedade altamente individualista e voltada ao curto prazo os colocam em um patamar inferior de preocupação ambiental.

Todavia, é importante mencionar que, para duas das cinco variáveis analisadas no presente estudo, os americanos, no geral, apresentaram maior engajamento ambiental que os brasileiros, a saber: participação em organizações ambientais e contribuição financeira às mesmas. Primeiramente, quanto ao quesito “participação”, esse resultado aponta que os brasileiros, no geral, envolvem-se, em maior grau, em demonstrações de engajamento pontuais (manifestações pró-ecológicas), já os americanos, no geral, envolvem-se de uma forma mais permanente, por intermédio da membresia em organizações ambientais. Outrossim, mesmo que os brasileiros tenham apresentado resultados de maior engajamento ambiental no presente estudo, os americanos demonstraram maior intensidade quanto à variável de contribuição financeira a agências ambientais.

A despeito da sociedade mais individualista, os americanos doam mais dinheiro às organizações ambientais, se comparados com os brasileiros, como discutido anteriormente. Nesse sentido, hipotetiza-se que a renda média familiar maior dos americanos pode ser um

indicativo que justifique tal comportamento. De acordo com dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2020), os Estados Unidos superam o Brasil em dois quesitos relacionados à renda, a saber: a média da renda líquida ajustada disponível por família *per capita* e a média da riqueza financeira líquida por família. Em ambas variáveis, os Estados Unidos apresentam médias superiores, não somente se comparadas às do Brasil, quanto também se comparadas às médias dos países que compõem a OCDE. Já o Brasil apresenta renda média menor que a média geral dos países da OCDE. Dessa forma, os americanos, teoricamente, tendem a ter maior capacidade para fazer contribuições financeiras para organizações ambientais.

Em relação à variável concernente ao engajamento ambiental, em que os americanos, em média, apresentam maior intensidade que os brasileiros, o *World Giving Index* (2019) posiciona os Estados Unidos em primeiro lugar mundial em filantropia. Tal índice mensura, em geral, três tipos de doação que as pessoas podem fazer: doação de dinheiro, doação de tempo e ajuda a desconhecidos. Apesar de não ser um indicador direto de engajamento ambiental, o *World Giving Index* ajuda a entender o comportamento e a cultura de doações ao redor do mundo. Nos Estados Unidos, portanto, é possível que a membresia em organizações ambientais siga a tendência de participação em organizações sociais como voluntários, como evidencia o aspecto de doação de tempo. Dessa forma, os americanos tendem a apresentar um senso de comunidade aguçado, apesar do caráter individualista da sociedade apontado por Hofstede (2011).

A seguir, a tabela 17 sumariza os resultados obtidos com os testes de hipóteses do presente estudo, comparando os dois países.

Tabela 17 – Resultados dos testes de hipóteses.

Hipóteses	Descrição	País	
		Brasil	Estados Unidos
Hipótese 1 (H-1)	Quanto maior a idade, maior o engajamento ambiental.		Rejeitada
Hipótese 2 (H-2)	Quanto maior a quantidade de filhos, menor o engajamento ambiental.		Rejeitada
Hipótese 3 (H-3)	Quanto maior o nível de escolaridade, maior o engajamento ambiental.		Confirmada
Hipótese 4 (H-4)	Quanto maior a renda, menor o engajamento ambiental.		Rejeitada
Hipótese 5 (H-5)	Quanto mais intelectual o trabalho do indivíduo, maior o seu engajamento ambiental.		Confirmada
Hipótese 6 (H-6)	Quanto mais rotineiro o trabalho do indivíduo, menor o seu engajamento ambiental.		Confirmada
Hipótese 7 (H-7)	Quanto maior a independência do indivíduo no seu trabalho, maior o seu engajamento ambiental.	Confirmada	Rejeitada
Hipótese 8 (H-8)	O brasileiro apresenta, em média, maior		Confirmada

A presente pesquisa buscou analisar as possíveis correlações estatisticamente significantes entre variáveis sociodemográficas, variáveis relacionadas à natureza do trabalho e o comportamento ambiental em dois países culturalmente distintos. O objetivo geral da pesquisa foi satisfatoriamente atingido por meio de uma revisão bibliográfica robusta que permitiu o levantamento de hipóteses as quais foram empiricamente testadas. Foi possível, portanto, identificar correlações estatisticamente significantes entre as variáveis do estudo e, adicionalmente, comparar e discutir as médias das variáveis relacionadas ao comportamento ambiental nos dois países, com foco nas diferenças de comportamento e cultura entre ambos.

Os principais resultados obtidos demonstraram que a escolaridade se destacou como a variável sociodemográfica de maior intensidade em termos de correlações estatisticamente significantes com as variáveis de comportamento ambiental tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. As variáveis “idade” e “renda”, em contrapartida, mostraram padrões de comportamento mais instáveis nos países estudados, não sendo possível afirmar que maior ou menor idade e renda implique correlação positiva com o comportamento ambiental das pessoas. Nesse sentido, é essencial que o contexto sociocultural do país estudado seja levado em conta mais profundamente ao se investigarem relações de causalidade em pesquisas futuras, a fim de evitar conclusões precipitadas. Já as variáveis “número de filhos” e “sexo” não apresentaram resultados significativos relacionados ao engajamento ambiental na presente pesquisa.

As variáveis relacionadas à natureza do trabalho apresentaram, nos dois países, correlações estatisticamente significantes com as variáveis ambientais analisadas. Os resultados mostraram que trabalhos criativos e com tarefas mais intelectuais tendem a se correlacionar a um maior engajamento ambiental das pessoas, e, particularmente no Brasil, o nível de independência na labuta correlaciona-se a uma maior preocupação com questões de proteção e cuidado com o meio ambiente.

Por fim, levando-se em consideração as cinco variáveis relacionadas ao engajamento ambiental, os resultados mostraram que o brasileiro, em média, preocupa-se mais com o meio ambiente se comparado ao americano. Como asseveram os estudos transculturais, o Brasil apresenta uma cultura nacional focada na coletividade e na aversão à incerteza. Tais características podem estar ligadas ao cuidado com o meio ambiente, traduzindo certa preocupação com o futuro do planeta e das próximas gerações. Já os Estados Unidos tendem a

se relacionar com o meio ambiente de forma mais objetiva, ensejando os benefícios que os recursos naturais trazem à qualidade de vida humana. Mesmo assim, como destacado na seção de resultados, os americanos, no geral, apresentaram maior engajamento ambiental que os brasileiros em duas das cinco variáveis analisadas no presente estudo, a saber: participação em organizações ambientais e contribuição financeira às mesmas, o que pode estar relacionado à maior renda familiar média nos Estados Unidos se comparada à do Brasil, permitindo-lhes contribuir financeiramente em maior proporção. É necessário pontuar, no entanto, que não faz parte do objetivo deste trabalho criar ou reproduzir relações de hierarquia entre os países comparados a respeito de quem faz melhor uso dos recursos que o planeta oferece. É dever de todos, inclusive das gerações futuras, cuidar da Terra enquanto usufrui da qualidade de vida proporcionada pelo meio ambiente, o que compõe os pilares clássicos do desenvolvimento sustentável.

5. CONCLUSÃO

A importância das variáveis sociodemográficas no estudo do comportamento ambiental se traduz na discussão em torno do que pode ou não ser determinante na adoção de práticas ecológicas dos indivíduos. Com isso, para que políticas públicas ambientais sejam planejadas e executadas, é essencial que se conheça o perfil do público alvo de tais políticas, ou seja, quais são as principais características dessas pessoas. A título de exemplo, verificou-se, na presente pesquisa, que os jovens pensam e agem ambientalmente diferente dos mais velhos. Da mesma forma, o nível de renda também pode refletir diferenças de atitudes ambientais entre as pessoas.

Também é importante conhecer mais profundamente o perfil sociodemográfico das pessoas e sua relação com o comportamento ambiental a fim de que as organizações conheçam quem é mais propício a se engajar com questões sustentáveis. Dessa forma, tais entidades podem focar recursos e esforços para manter as pessoas engajadas com o meio ambiente e fazer com que mais pessoas atuem nesse processo.

Nesse sentido, estudar, analisar e discutir o comportamento ambiental das pessoas tornam-se ainda mais essenciais em um momento de crise global de enfrentamento à degradação ambiental. É necessário incluir, nos mais diversos meios de discussão, questões como o consumo consciente, as mudanças climáticas, a preservação dos biomas e a responsabilidade com o planeta.

Finalmente, como visto ao longo desta pesquisa, o meio ambiente está relacionado à maior parte das dimensões da vida humana e uma dessas dimensões é o trabalho. Como seres sociais, o trabalho ocupa grande parte do tempo das pessoas cotidianamente. Por meio do trabalho e da atividade profissional, constrói-se parte da identidade individual e da forma de ver e interpretar o mundo. Assim sendo, a precarização do trabalho traz consequências negativas ao ser humano, fazendo-o distorcer a percepção de seu lugar no mundo. Alargar essa discussão pode ser uma oportunidade para as organizações repensarem a forma de trabalho das pessoas. Atividades criativas e intelectuais podem fazer os indivíduos imaginarem situações mais diversas e, em consequência, a questão ambiental pode ser tratada de forma mais dinâmica. Dessa maneira, a natureza do trabalho pode ser uma forma de as organizações moldarem o comportamento individual de seus colaboradores e, para isso, é necessário que a cultura organizacional esteja imbuída em questões sustentáveis.

Como limitações, a presente pesquisa não buscou aprofundar os detalhes de cada variável com suas particularidades individuais frente ao comportamento ambiental, o que se justifica pelo fato de a presente pesquisa ser um estudo de nível de análise transcultural. Portanto, a fim de se obterem achados que permitam um entendimento mais profundo de cada variável sociodemográfica e de cada variável relacionada à natureza do trabalho frente ao comportamento ambiental, seria indicado, em estudos futuros, que houvesse uma abordagem multimétodo quanto ao problema de pesquisa, adicionando, assim, a abordagem qualitativa para analisar as nuances de cada variável e experiências de nível individual, exploradas, por exemplo, pela instrumentalidade de entrevistas. Além disso, como as análises de causalidade não fizeram parte do escopo da presente pesquisa, as variáveis não foram testadas quanto ao seu poder explicativo do comportamento ambiental na forma de construção de um modelo teórico. Sendo assim, é indicado, em pesquisas futuras, tratar as mesmas variáveis deste estudo, utilizando técnicas multivariadas de dados, tais como a regressão linear múltipla e a modelagem de equações estruturais a fim de propor, com maior confiabilidade, um modelo teórico que explique o comportamento ambiental das pessoas. Adicionalmente, como o brasileiro mostrou-se mais engajado ambientalmente que o americano, seriam interessantes estudos comparando-se o Brasil com países mais próximos culturalmente, tais como os países latinos, bem como com países mais distantes culturalmente, tais como os países asiáticos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. N. de; SILVA, J. C. G. L. da; GONÇALVES, A. de O.; ANGELO, H. Determinantes do comportamento ambiental em Brasília. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 46-56, set.-dez. 2015.
- ALVES, A. K. da S.; GONÇALVES, R. M. de P.; COSTA, F. J. F. Trabalho e ser social: uma reflexão ontológica do trabalho na relação homem x natureza. **Revista LABOR**, v. 1, n. 12, p. 78-87, 2014.
- ALVES, C. G. M. de F.; SILVA, M. P. da. O Perfil de Pesquisa Científica sobre Triple Bottom Line: uma análise bibliométrica dos últimos 13 anos. In: XVI SEMEAD – Seminários em Administração, 16., 2013, São Paulo. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=746> Acesso em: out. 2020.
- ANDERY, M. A. P. A. Comportamento e cultura na perspectiva da análise do comportamento. **Revista Perspectivas**, v. 2, n. 2, p. 203-217, 2011.
- ARRAES, R. A.; DINIZ, M. B. DINIZ, M. J. T. Curva ambiental de Kuznets e desenvolvimento econômico sustentável. **RER**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 525-547, jul.-set. 2006.
- ASSIS, D. T. F. de; MACEDO, K. B. Psicodinâmica do trabalho dos músicos de uma banda de Blues. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 117-124, 2008.
- ÁVILA, E. S. de; DINIZ, E. M. Evidências sobre curva ambiental de Kuznets e convergência das emissões. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 45, n.1, p. 97-126, jan.-mar. 2015.
- BAEK, J.; GWEISAH, G. Does income inequality harm the environment?: Empirical evidence from the United States. **Energy Policy**, v. 62, p. 1434-1437, 2013.
- BECK, C. G.; PEREIRA, R. de C. de F. Preocupação ambiental e consumo consciente: os meus, os seus e os nossos interesses. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 51-78, jul.-dez. 2012.
- BENITES, L. L. L.; POLO, E. F. A Sustentabilidade como Ferramenta Estratégica Empresarial: Governança Corporativa e Aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. **Rev. Adm., UFSM**, Santa Maria, v. 6, Edição Especial, p. 195-210, mai. 2013.
- BENTO, G. dos S.; GOMES, G.; TONTINI, G. O impacto da cultura organizacional no sucesso do *Lean Manufacturing*: uma análise sócio bibliométrica. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, v. 14, n. 4, p. 49-68, 2019.
- BERTHE, A.; ELIE, L. Mechanisms explaining the impact of economic inequality on environmental deterioration. **Ecological Economics**, v. 116, p. 191-200, 2015.
- BESCOROVAINE, W. F.; SILVA, G. A. da; SILVA, J. R. da; MILANI, L. H. P.; MILANI, R. G. Comportamento pró-ambiental e descarte de resíduos sólidos por estudantes de

arquitetura: apontamentos para a educação ambiental. **Rev. Geogr. Acadêmica**, v. 10, n. 2, p. 105-115, dez. 2016.

BRANDALISE, L. T.; BERTOLINI, G. R. F.; ROJO, C. A.; LEZANA, Á. G. R.; POSSAMAI, O. A percepção e o comportamento ambiental dos universitários em relação ao grau de educação ambiental. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 16, n. 2, p. 273-285, abr.-jun. 2009.

CHARITIES AID FOUNDATION. **CAF World Giving Index 10th edition**, 2019. Disponível em: <<https://www.cafonline.org/about-us/publications/2019-publications/caf-world-giving-index-10th-edition>>. Acesso em out. 2020.

COELHO, M. S.; RESENDE, F. M.; ALMADA, E. D.; FERNANDES, G. W. Crescimento econômico e a moderna crise ambiental: uma análise crítica. **Neotropical Biology and Conservation**, v. 8, n. 1, p. 53-62, jan.-abr. 2013.

DEGASPERI, T. C.; BONOTTO, D. M. B. Educação ambiental e as dimensões cognitiva e afetiva do trabalho com valores: produzindo sentidos. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 23, n. 3, p. 625-642, 2017.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, v. 36, n. 2, p. 90-100, 1994.

FAVIERO, C.; RAUPP, M. A gestão ambiental domiciliar praticada pelas gerações baby boomers, X e Y. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade – RMS**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 87-100, jan.-abr., 2020.

FIELD, A. **Descobrimo a Estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, T. Alienação do trabalho: despertencimento social e desenraizamento em relação à natureza. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 1, p. 171-191, 2011.

GARCIA-MIRA, R.; DUMITRU, A. C.; VEGA-MARCOTE, P. Consumo sostenible en organizaciones: enfoques multimétodo para estudiar la conducta proambiental en lugares de trabajo. **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 350-358, jul.-set. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>> Acesso em: out. 2020.

GOMES, I. D.; SILVA, L. B. da; SILVA, A. M. S.; PASCUAL, J. G.; COLAÇO, V. de F. R.; XIMENES, V. M. O social e o cultural na perspectiva histórico-cultural: tendências conceituais contemporâneas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 814-831, dez. 2016.

GROTTA, R. C.; MACHADO JÚNIOR, C.; SOUZA, M. T. S. de; RIBEIRO, D. M. N. M.; BAZANINI, R. Análise da afinidade dos princípios de governança corporativa à norma de sistema de gestão ambiental ISO 14001. **Gestão & Produção**, v. 27, n. 2, p. 1-19, 2020.

GUPTA, V.; ZHANG, Y. Investigating Environmental Performance Management. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, n. 1, p. 5-28, 2020.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre, Brasil: Bookman, 2009.

HEALTHY & SUSTAINABLE LIVING. **Relatório Brasil: Pesquisa Vida Saudável e Sustentável**, 2019. Disponível em: https://globescan.com/wp-content/uploads/2019/10/Vida-Saud%C3%A1vel-e-Sustent%C3%A1vel-GlobeScan-Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Webinar-19_10_06_.pdf. Acesso em out. 2020.

HICKLENTON, C.; HINE, D. W.; LOI, N. M. Can work climate foster pro-environmental behavior inside and outside of the workplace? **PLOS ONE**, v. 14, n. 10, p. 1-13, 2019.

HOFSTEDE, G. **Culture's consequences: International differences in work-related values**. Beverly Hills, USA: Sage, 1980.

HOFSTEDE, G. Dimensionalizing Cultures: The Hofstede Model in Context. **Online Readings in Psychology and Culture**, v. 2, n.1, p. 1-26, 2011.

HOFSTEDE, G.; HOFSTEDE, G. J.; MINKOV, M. **Cultures and Organizations: Software for the Mind: Intercultural Cooperation and Its Importance for Survival**. [S.l.]: McGraw-Hill, 2010. Disponível em: https://e-edu.nbu.bg/pluginfile.php/900222/mod_resource/content/1/G.Hofstede_G.J.Hofstede_M.Minikov%20-%20Cultures%20and%20Organizations%20-%20Software%20of%20the%20Mind%203rd_edition%202010.pdf Acesso em: out. 2020.

JACOMOSSI, R. R.; MORANO, R.; BARRICHELLO, A. O comportamento ambiental de estudantes de graduação: um modelo internacional de equações estruturais aplicado no contexto brasileiro. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 106-117, set.-dez. 2014.

JANUÁRIO, M.; FERNANDES, F. R. M.; VALERIO, M. A.; MACEDO, R. B. Estudo do comportamento ambiental da população de Wenceslau Braz/PR em relação aos resíduos sólidos urbanos. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 1, p. 55-71, jan.-abr. 2017.

KAIDA, N.; KAIDA, K. Facilitating pro-environmental behavior: the role of pessimism and anthropocentric environmental values. **Soc Indic Res – Springer**, v. 126, n. 3, p. 1243-1260, abr. 2016.

KAUARK, F. da S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H.; **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010. Disponível em http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livrodemetodologiadapesquisa2010_011120181549.pdf Acesso em: out. 2020.

LIMA, S. F. de. Introdução ao conceito de sustentabilidade aplicabilidade e limites. **Cadernos da Escola de Negócios**, v. 4, n. 4, p. 14-27, jan.-dez. 2006.

LONDON SUSTAINABLE DEVELOPMENT COMMISSION. **The impact of income inequalities on sustainable development in London**, 2010. Disponível em: <https://www.equalitytrust.org.uk/sites/default/files/londonequality.pdf>. Acesso em out. 2020.

MACEDO, K. B.; OLIVEIRA, A. de. A gestão ambiental nas organizações como nova variável estratégica. **Revista Psicologia: Organizações & Trabalho**, v. 5, n. 1, p. 129-158, jan.-jun. 2005.

MELO, P. C.; GE, J.; CRAIG, T.; BREWER, M. J.; THRONICKER, I. Does work-life balance affect pro-environmental behaviour? Evidence for the UK using longitudinal microdata. **Ecological Economics**, v. 145, p. 170-181, mar. 2017.

MEYER, A. Does education increase pro-environmental behavior? Evidence from Europe. **Ecological Economics**, v. 116, p. 108-121, 2015.

MILES, J.; SHEVLIN, M. **Applying regression and correlation**. Londres, Inglaterra: Sage, 2001.

MORAES, L. F. S.; PERERA, L. C. J.; MILANI FILHO, M. A. F. do.; KERR, R. B. Desenvolvimento sustentável e insolvência: um estudo de empresas brasileiras. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 2, p. 39-57, ago. 2014.

MOTTA, L. A. S. da; GOMES, J. S. Interações entre cultura nacional, cultura organizacional e gestão pública. **Contabilidade y Negocios**, v. 14, n. 27, p. 89-103, 2019.

NASCIMENTO, M. L. O. do; BEZERRA, T. S. A. M. Trabalho manual versus trabalho intelectual: dualidade e historicidade na qualificação do trabalhador. Anais II CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/17005>>. Acesso em: out. 2020.

OECD BETTER LIFE INDEX. **How's life?**, 2020. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-s-life/volume-/issue-_9870c393-en. Acesso em: 06 out. 2020

OLIVEIRA, E. de; ALVES, A. F. Uma análise literária sobre o conceito de cultura. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, n. 11, p. 1-18, jan.-jun. 2015.

PAILLÉ, P.; BOIRAL, O. Pro-environmental behavior at work: Construct validity and determinants. **Journal of Environmental Psychology**, v. 36, p. 118-128, 2013.

PATO, C. Comportamento ecológico: chave para compreensão e resolução da degradação ambiental?. **Democracia Viva, IBASE**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 102-107, 2005.

PATO, C. M. L.; TAMAYO, Á. A escala de comportamento ecológico: desenvolvimento e validação de um instrumento de medida. **Estudos de Psicologia**, v. 11, n. 3, p. 289-296, dez. 2006.

PEIXOTO, A. F.; PEREIRA, R. de C. de F. Discurso *versus* ação no comportamento ambientalmente responsável. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 71-103, jul.-dez. 2013.

PEREIRA, S. de O.; REIS, L. P. C. Contextos de interação e sua inter-relação com o comportamento ecológico. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 117-132, jan.-abr. 2017.

PINHEIRO, G. G.; ARAÚJO, R. M. de; SANTOS, E. M. dos; MARQUE JUNIOR, S. Comportamento ambiental em centros urbanos: um estudo com Estudantes de ensino superior de Natal/RN. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 86-99, 2011.

PINHEIRO, L. V. de S.; MONTEIRO, D. L. C.; GUERRA, D. de S.; PEÑALOZA, V. Transformando o discurso em prática: uma análise dos motivos e das preocupações que influenciam o comportamento pró-ambiental. **Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 3, mai.-jun. 2011.

PISANO, I.; HIDALGO, M. D. C. Testing the cross-national social bases of environmentalism: a current and comparative analysis of conservation behaviors. **Psico**, v. 45, n. 3, p. 395-405, jul.-set. 2014.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 271-283, abr. 2017.

RIPPLE, W. J. World Scientists' Warning to Humanity: A Second Notice. **BioScience**, v. 67, n. 12, dez. 2017.

ROCKETT, A. N.; LUNA, J. M. F.; GUERRA, A. F. S.; Educação ambiental e consumismo: considerações sobre ações desenvolvidas pelo Programa Terra Limpa. **Educação**, Santa Maria, v. 44, p. 1-26, 2019.

RODRIGUES, L. dos A.; CUNHA, D. A. da; BRITO, L. M.; PIRES, M. V.; Pobreza, crescimento econômico e degradação ambiental no meio urbano brasileiro. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 26, p. 11-24, 2016.

SANTOS, J. O. dos; SANTOS, R. M. S.; SANTOS SEGUNDO, J. O. dos; SANTOS V. C. Educação ambiental: O trabalho desenvolvido por professores de uma escola pública do interior da Paraíba. **REGNE**, v. 2, n. Especial, p. 770-780, 2016.

SANTOS, V. C. B. dos; DAMIAN, I. P. M.; VALENTIM, M. L. P. A cultura organizacional como fator crítico de sucesso à implantação da gestão do conhecimento em organizações. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 1, p. 51-66, jan.-mar. 2019.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-22, jan.-mar. 2014.

SERRANO, A. L. M.; LOUREIRO, P. R. A.; NOGUEIRA, J. M. Evidência da curva de Kuznets ambiental no Brasil: uma análise do crescimento econômico e poluição. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 304-314, 2014.

SILVA, A. F. S. da; GOMES, J. S. Consideração do elemento cultural no desenho de sistemas de controle de gestão das empresas estrangeiras: estudo de casos. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 143-176, jan.-mar. 2011.

SILVA, K. A. T.; CAPPELLE, M. C. A.; O trabalho na prostituição de luxo: análise dos sentidos produzidos por prostitutas em Belo Horizonte – MG. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, Edição Especial, p. 23-39, dez. 2017.

SOUZA, J. C. de; ALVES, M. B.; LEOCÁDIO, L.; ROSSATO, J. Environmental Management of Large Supply Chain: A Diagnostic Instrument Proposed for Assessing Suppliers. **Brazilian Business Review – BBR**, v. 16, n. 6, p. 537-554, 2020.

SUGANTHI, L. Examining the relationship between corporate social responsibility, performance, employees' pro-environmental behavior at work with green practices as mediator. **Journal of Cleaner Production**, v. 232, p. 739-750, 2019.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using multivariate statistics**. New York, USA: Harper Collins, 2001.

THOMPSON, S. C. G.; BARTON, M. A. Ecocentric and anthropocentric attitudes toward the environment. **Journal of Environmental Psychology**, v. 14, p. 149-157, 1994.

TODOROV, J. C. Sobre uma definição de comportamento. **Revista Perspectivas**, v. 3, n. 1, p. 32-37, 2012.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – UNEP. **Towards a Green Economy: Pathways to a sustainable development and poverty eradication**. Nairobi: UNEP, 2011.

VASCONCELOS-SILVA, A.; TODOROV, J. C.; SILVA, R. L. F. C. Cultura organizacional: a visão da análise do comportamento. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 14, n. 1, p. 48-63, 2012.

VIGNOLES, V. L. *et al.* Beyond the “East-West” Dichotomy: Global Variation in Cultural Models of Selfhood. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 145, n. 8, p. 966-1000, 2016.

WCED. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WEST, S. G.; FINCH, J. F.; CURRAN, P. J. Structural equation models with non-normal variables. In: HOYLE, R. H. (Org.). **Structural equation modeling: Concepts, issues, and applications**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995, p. 56-75.

WHILLANS, A. V.; DUNN, E. W. Thinking about time as money decreases environmental behavior. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 127, p. 44–52, 2015.

WILKINSON, R.; PICKETT, K. The impact of income inequalities on sustainable development in London. **London Sustainable Development Commission**, mar. 2010.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em <https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf> Acesso em: out. 2020.